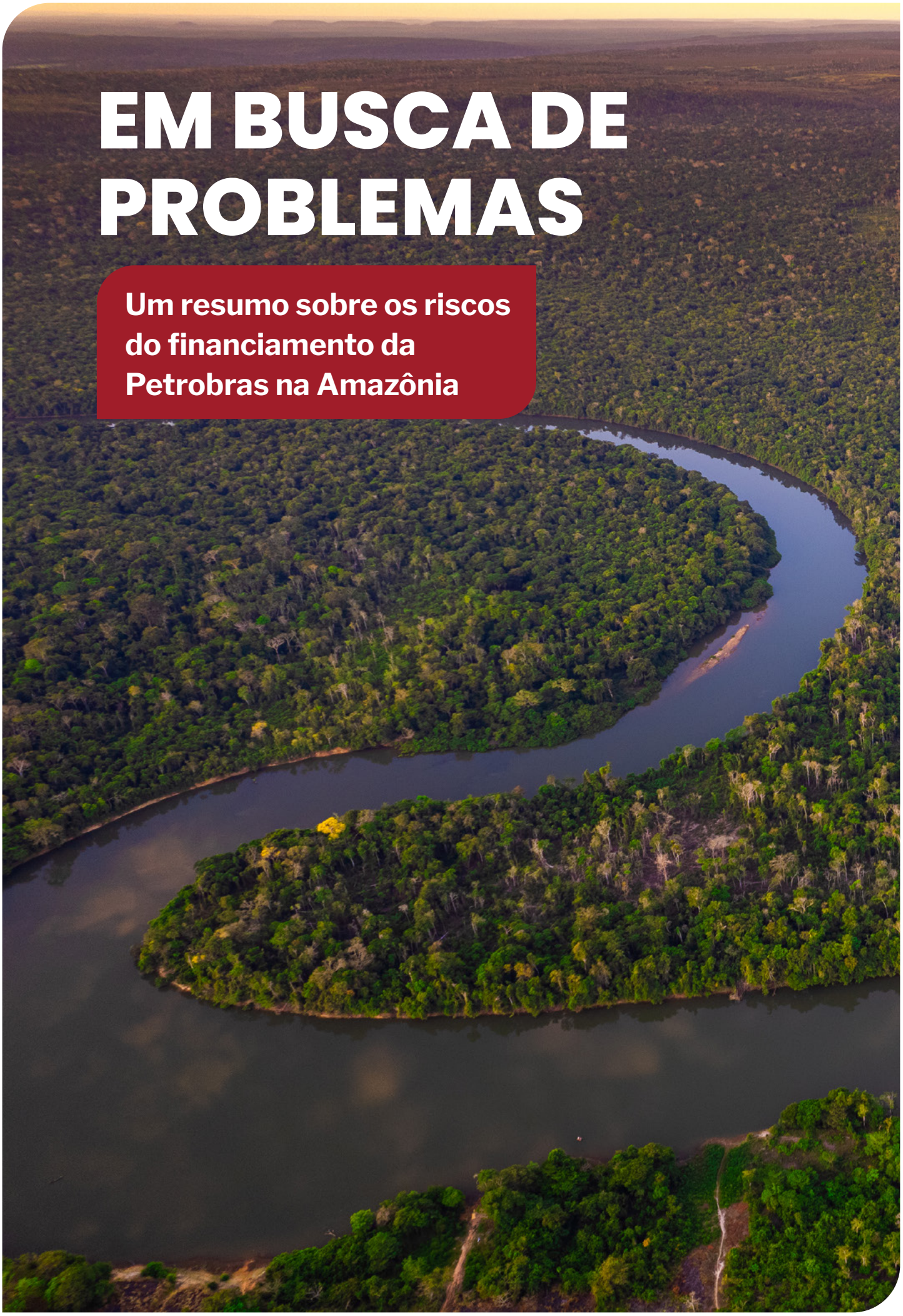
EM BUSCA DE PROBLEMAS

Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia



Renan Khisetje / WWF-Brazil

Principais autores:
Martyna Dominiak, Carolina Marçal dos Santos,
Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo,
Ricardo Junqueira Fujii

Pesquisadores:
Dr. Devyani Singh, Matthew Lichty, Shigueo Watanabe,
Mirela Coelho Pita, Fábio Takeshi Ishisaki

Contribuintes:
Richard Brooks, Lays Ushirobira, Rosana Villar,
Jaciele Davi Neto, Ana Paula Jachellii, Cari Barcas,
Lindsay Meiman, Cristiane Prizibisczki

Revisor de texto:
Kátia Shimabukuro

Designer gráfico:
Ana Miadaira

Organizações contribuintes:

Este relatório foi endossado por:

ÍNDICE

4 Sumário executivo

7 Introdução: Amazônia à beira do abismo – o papel das finanças e os riscos

10 Perfurações e Derramamentos: Expansão arriscada da Petrobras na Amazônia

13 Financiamento da Petrobras: Riscos sem responsabilidade

22 Em destaque: Riscos legais, de litígio e de reputação

25 Em destaque: Riscos ambientais, operacionais e materiais

29 Em destaque: Transição, capital imobilizado e riscos políticos

33 Conclusões e recomendações

35 Apêndice

42 Notas de referência



André Dib / WWF-Brazil

SUMÁRIO EXECUTIVO

A nova fronteira do petróleo

A Amazônia está se aproximando de um ponto de inflexão ecológico crítico que terá impactos globais. Apesar disso, a região emergiu como uma importante fronteira para a expansão dos combustíveis fósseis, com quase um quinto das reservas de petróleo e gás recém-descobertas localizadas principalmente na região. A busca por perfurações exploratórias nas bacias sedimentares da Amazônia entra em conflito com a ameaça existencial à estabilidade climática, à biodiversidade, à proteção das terras indígenas e aos direitos humanos.

No Brasil, essa expansão pioneira dos combustíveis fósseis é mais bem exemplificada pela investida agressiva da Petrobras na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial. A empresa iniciou perfurações exploratórias controversas no poço Morpho, em águas ultraprofundas, localizado no Bloco 59. A empresa estatal brasileira enfrentou obstáculos prolongados para obter as licenças necessárias para o bloco, devido às medidas avançadas exigidas para atender às condições adversas da região e garantir a segurança ambiental, além de um histórico de acidentes de perfuração. Anteriormente, em 2011, a empresa sofreu um prejuízo de US$ 150 milhões em função de um incidente de perfuração na Foz do Amazonas.

Risco ambiental crítico comprovado como real

Após a autorização para o Bloco 59, os receios de potenciais derrames concretizaram-se em janeiro de 2026, quando um *riser* defeituoso e o deslocamento da plataforma provocaram um vazamento de 18.440 litros de fluido de perfuração. Isso resultou em uma multa de R$ 2,5 milhões (US$ 495.000), uma suspensão temporária e atrasos na fase de investigação. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) constatou que o vazamento continha substâncias nocivas à vida marinha.

11 o mesmo
to aparece
o US$ 480.000.

As fortes correntes oceânicas específicas da Foz do Amazonas tornam essa região particularmente perigosa para a extração de petróleo e gás — o risco de interrupção operacional é agravado pelo risco de derramamentos catastróficos de produtos químicos e petróleo atingirem os delicados ecossistemas do Grande Sistema de Recifes da Amazônia e os extensos manguezais do litoral brasileiro.

No Bloco 59, a interrupção e a extensão dos cronogramas de perfuração previstos evidenciam um risco ambiental significativo que se traduz diretamente em risco operacional e material. As vulnerabilidades da estratégia de expansão de combustíveis fósseis da Petrobras na Amazônia impactam diretamente o balanço patrimonial da empresa e, por extensão, seus financiadores globais — particularmente seus credores.

Amparo financeiro sem transparência

A estratégia corporativa atual da Petrobras se baseia em sua integração nos mercados globais. De acordo com a pesquisa da Stand.earth, a empresa garantiu um montante estimado de US$ 61,5 bilhões de pelo menos 39 instituições financeiras entre 2016 e 2026 — estruturados inteiramente como transações corporativas de propósito geral, com pouco mais de dois terços garantidos por apenas 10 bancos. A falta de transparência e de prestação de contas, bem como a estrutura das transações em nível corporativo, impossibilitam saber como a Petrobras utiliza esse financiamento. Dada a falta de transparência, há muitos motivos para especular,

por exemplo, sobre como a Petrobras utilizou o financiamento de US$ 1,1 bilhão que obteve em maio de 2025, apenas algumas semanas antes de um leilão de petróleo altamente controverso, no qual adquiriu mais 10 blocos na Foz do Amazonas.

Essa ausência de destinação específica de recursos em nível de projeto é a principal preocupação em relação ao perfil de risco sistêmico da Petrobras. Além disso, a ocultação da alocação de capital impõe aos financiadores a responsabilidade de realizar níveis desafiadores de *due diligence* social e ambiental, o que traz um potencial maior para falhas de transparência e fiduciárias e, consequentemente, danos à reputação. Essas preocupações se cruzam ainda com múltiplos riscos sobrepostos, incluindo o aumento das responsabilidades legais, litigiosas e de direitos humanos; a insuficiência de alavancagem; e o risco de transição, bem como o capital imobilizado e o risco político.

Responsabilidades legais, litigiosas e de direitos humanos

Cinco décadas de ações judiciais documentadas mostram que o litígio é uma característica estrutural normal de qualquer expansão de combustíveis fósseis na Amazônia, aumentando o risco reputacional e os impactos relacionados a fatores ESG (ambientais, sociais e de governança) no valor de crédito. Em relação ao Bloco 59 da Petrobras, processos foram movidos contra a empresa pelo Ministério Público Federal do Brasil, bem como por uma coalizão de organizações da sociedade civil, buscando, em diferentes graus, o encerramento da licença de operação devido à falta de obtenção do devido Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) dos povos indígenas impactados, além de estudos ambientais deficientes. Em particular, o Parecer Consultivo de julho de 2025 (OC-32/25) da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que estabelece as obrigações dos estados para prevenir danos climáticos, fortalece os argumentos jurídicos existentes contra projetos de petróleo e gás na Amazônia.

Alavancagem limitada e risco de transição

A Petrobras depende quase exclusivamente de financiamento por meio de títulos (61%) e empréstimos sindicados (38%), o que reduz a capacidade de cada banco de promover mudanças positivas em seus negócios e estratégias de transição energética após a emissão, especialmente porque a alocação específica do financiamento é difícil de ser rastreada. Além disso, com dois terços dos títulos ativos da empresa com vencimento posterior a 2030, gestores de ativos, fundos de pensão e credores de longo prazo enfrentam riscos à medida que a demanda máxima de petróleo projetada se aproxima.

Capital imobilizado e risco político

Os cenários de transição da Agência Internacional de Energia (AIE) destacam a extensão do risco de capital imobilizado para os investidores da Petrobras — entre 31% (US$ 13 bilhões) e 86% (US$ 36 bilhões) dos US$ 42 bilhões planejados para investimentos em novos campos de petróleo e gás no Brasil estão em risco, dependendo do ritmo da transição. Como um projeto pioneiro, o Bloco 59 só deverá iniciar a produção por volta de 2035, quando o Cenário de Emissões Líquidas Zero até 2050 (Cenário NZE) da AIE prevê que os preços do petróleo caiam para valores entre US$ 33 e US$ 25 por barril. Existe a possibilidade de os ativos do projeto falharem silenciosamente, cobrindo os custos operacionais, mas ficando abaixo dos limites de equilíbrio das despesas de capital (Capex). Nesse cenário, o serviço da dívida dependerá cada vez mais de intervenções políticas do governo brasileiro, com evidências históricas de que as decisões estatais impactaram significativamente o balanço patrimonial da Petrobras.

Recomendações

Para bancos

- **Pare de incentivar a expansão dos combustíveis fósseis.** Interrompa imediatamente a prestação de serviços de empréstimo, subscrição e consultoria à Petrobras e outras empresas de petróleo e gás, a menos que se comprometam a se retirar dos planos de expansão na Amazônia e na Foz do Amazonas.
- **Redirecione o financiamento.** Estabeleça metas para melhorar os índices de financiamento do fornecimento de energia e direcione o financiamento para soluções climáticas comprovadas e confiáveis que respeitem os direitos das comunidades indígenas e tradicionais, e que reparem e remedeiem os danos.
- **Reforce as políticas de direitos humanos e dos Povos Indígenas.** Reconheça explicitamente o direito dos povos indígenas à autodeterminação e à Consulta Livre, Prévia e Informada para projetos que os impactem, abordando as deficiências nas políticas existentes de direitos humanos e indígenas.

Para investidores

- **Comprometa-se com as restrições de investimento.** Interrompa imediatamente novos investimentos em empresas atuantes na expansão de petróleo e gás na Amazônia, incluindo a Foz do Amazonas, priorizando o fim de novos investimentos em títulos da dívida pública.
- **Reduza gradualmente os investimentos existentes.** Encerre progressivamente os investimentos em empresas que ainda atuam na expansão do setor de petróleo e gás na Amazônia.
- **Vote sistematicamente.** Comprometa-se imediatamente a votar sistematicamente contra as resoluções propostas pela administração nas Assembleias Gerais Ordinárias das empresas envolvidas na expansão de petróleo e gás na Amazônia.
- **Estabeleça metas para a transição energética.** Apoie a transição energética no mundo real, definindo publicamente metas de investimento que aumentem o financiamento para energias renováveis e empresas alinhadas com as metas climáticas acordadas internacionalmente, e diminuam os investimentos em empresas de combustíveis fósseis em geral.

Para estruturas políticas

1. **Zona Livre de Fósseis da Amazônia.** Zonas Livres de Combustíveis Fósseis (ZLCFs) são áreas geograficamente definidas e permanentemente fechadas à exploração, extração, infraestrutura e atividades relacionadas a combustíveis fósseis. Povos indígenas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em toda a Amazônia têm reivindicado que a região seja designada como ZLCF, e a proposta está ganhando força institucional. Isso inclui restrições em 11 bancos ao financiamento de petróleo e gás da Amazônia.
2. **Estratégia de "modo colheita" de petróleo e gás.** A estratégia de "modo colheita" maximiza o fluxo de caixa proveniente da produção e do desenvolvimento de campos de petróleo e gás, evita novas despesas de capital a montante e redireciona o capital para a transição energética.

Até 2035, a Petrobras deverá gastar US$ 8,7 bilhões por ano em projetos de expansão de petróleo e gás incompatíveis com qualquer cenário plausível de 1,5 °C, em contraste com uma lacuna anual de investimentos em energia limpa no Brasil de US$ 16 bilhões. Redirecionar as despesas de capital de fronteira eliminaria mais da metade dessa lacuna, mantendo intacto o fluxo de caixa de curto prazo da empresa. A produção brasileira ainda geraria cerca de US$ 38 bilhões por ano em impostos e *royalties*.

INTRODUÇÃO: AMAZÔNIA À BEIRA DO ABISMO — O PAPEL DAS FINANÇAS E OS RISCOS

A Amazônia é um dos ecossistemas globais mais importantes. Lar da maior floresta tropical do mundo, desempenha funções essenciais para a estabilidade climática, absorção de emissões e resiliência econômica. Rica em biodiversidade incomparável e com centenas de povos indígenas e comunidades tradicionais, é um sistema ambiental e socialmente sensível que sustenta a vida em todo o planeta. O que acontece na Amazônia tem consequências globais.

Apesar de sua importância estratégica, a Amazônia está se aproximando rapidamente de um ponto de inflexão ecológico, no qual grandes áreas da floresta podem se degradar em um ecossistema semelhante à savana[1]. Os principais fatores são o aumento das emissões de carbono, o aquecimento global e o desmatamento, tornando a emergência da região como uma das novas fronteiras mundiais para a expansão de petróleo e gás um risco tanto existencial quanto sistêmico.

Quase um quinto das reservas de petróleo e gás recém-descobertas estão localizadas na região da Amazônia, incluindo as reservas marítimas, totalizando aproximadamente 5,3 bilhões de barris de petróleo equivalente[2]. Com quase 70% dos 794 blocos de petróleo e gás da Amazônia ainda não explorados[3], toda a região está sob forte pressão — as empresas de petróleo e gás a consideram um terreno fértil para expansão, independentemente das metas internacionais de redução de emissões e da crescente degradação do ecossistema.

No Brasil, a pressão é específica. Com a Agência Nacional de Petróleo (ANP)[4] alertando que o declínio da produção de petróleo em alto-mar começará em 2027, há uma urgência na indústria em identificar e licenciar novas áreas para expansão[5]. Uma das principais fronteiras do país é a Margem Equatorial, uma região costeira ao norte rica em biodiversidade que se estende por mais de 2.200 quilômetros*.

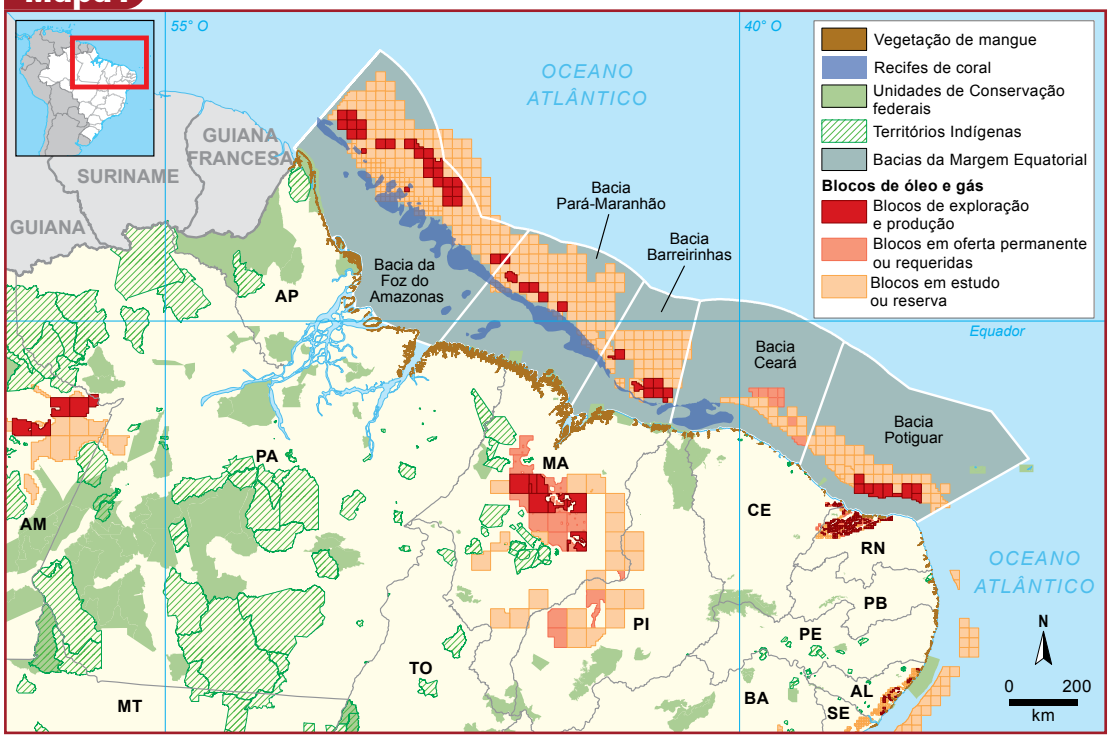
*A Margem Equatorial abrange diversas bacias marinhas, incluindo a bacia sedimentar da Foz do Amazonas. Este relatório utiliza a expressão "Foz do Amazonas" ao longo de todo o texto para se referir a esta bacia sedimentar — nossa principal área de foco. Isso deve ser diferenciado da foz do rio Amazonas, a área específica onde o rio Amazonas deságua no oceano.



Vila Velha do Cassiporé, Parque Nacional do Cabo Orange (AP).

Andre Dib / WWF-Brazil

Mapa 1



Exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial brasileira.

A ANP avaliou 339 blocos de petróleo e gás na Margem Equatorial[6], os quais estão todos pendentes de avaliação regulatória. Na bacia sedimentar da Foz do Amazonas, na porção mais ao norte da margem, 47 blocos de exploração foram oferecidos para aquisição em 2025, sendo 10 concedidos à Petrobras, empresa estatal brasileira. Outros 36 blocos na bacia estão reservados para licitações futuras[7].

Essas aquisições recentes são a mais nova etapa da estratégia da Petrobras de priorizar a expansão na Foz do Amazonas. Após vários contratempos com o licenciamento, a empresa obteve aprovação em 2025 para iniciar a perfuração exploratória *offshore* no Bloco FZA-M-59**, originalmente adquirido em parte em 2013[8].

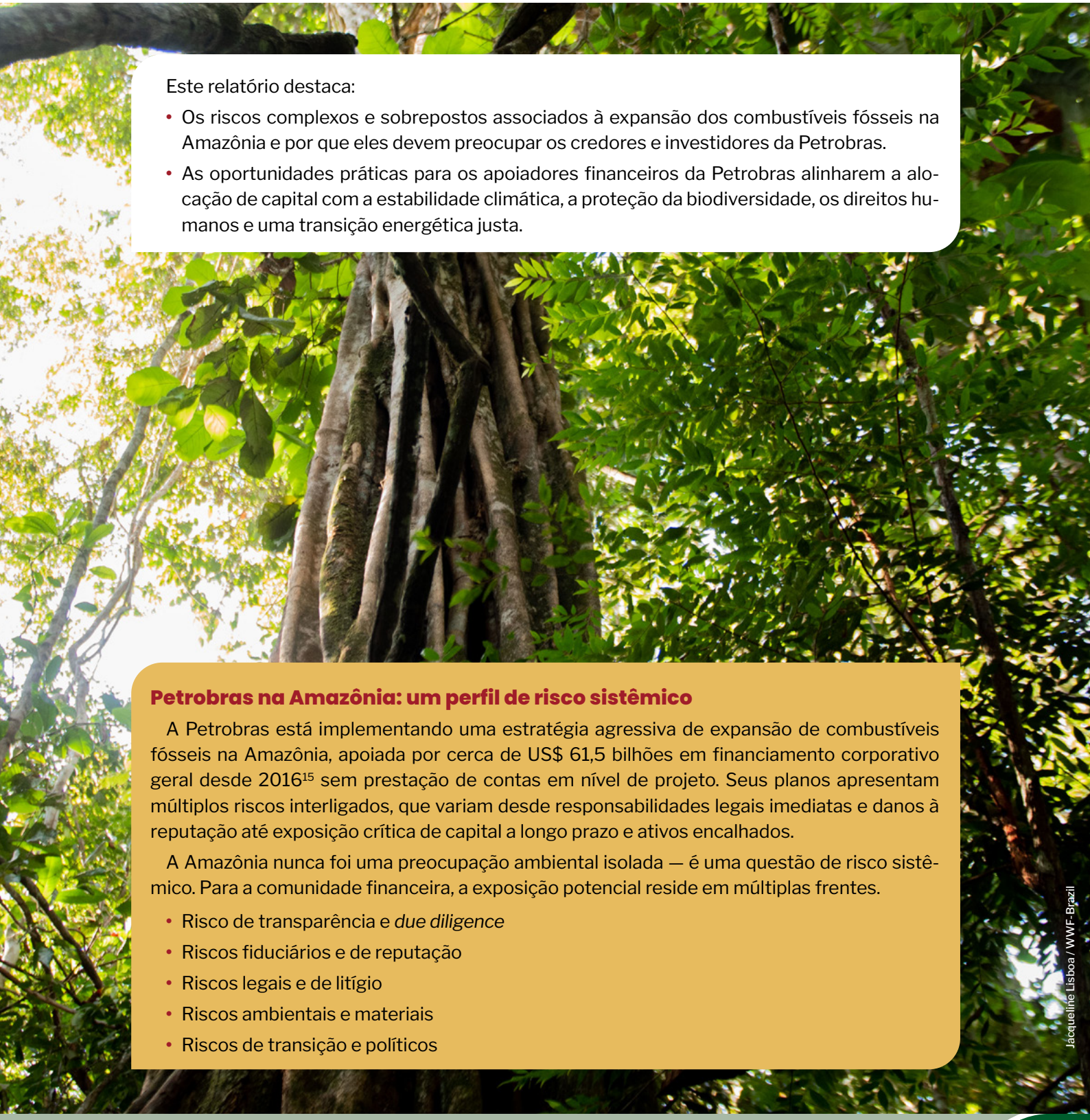
O Bloco 59 já foi sinalizado como problemático pelos povos indígenas e comunidades locais, que denunciam repetidamente a falta de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e enfrentam crescentes ameaças de violência por se oporem ao desenvolvimento de petróleo[9].

Em vez de um projeto isolado, alerta-se que o Bloco 59 da Petrobras seja o início de uma expansão desesperada e em larga escala da exploração de combustíveis fósseis na Amazônia, antes da transição global para energias renováveis[10].

No entanto, as negociações climáticas internacionais estão reforçando o apelo para o abandono dos combustíveis fósseis e a transição energética[11]. Nesse contexto, abordar novas fronteiras dos combustíveis fósseis é uma prioridade urgente. A proposta de Zonas Livres de Combustíveis Fósseis, defendida por governos, povos indígenas e movimentos sociais em toda a Amazônia[12], oferece uma estratégia prática para proteger ecossistemas críticos, ao mesmo tempo que promove uma transição justa e ordenada. Isso poderia ser combinado com uma estratégia de "modo colheita" (vide Conclusões e recomendações) para maximizar o fluxo de caixa do desenvolvimento existente de petróleo e gás e liberar capital para a transição energética.

**Referido como "Bloco 59" ao longo deste relatório.

Para que isso aconteça, é necessária uma mudança fundamental nos fluxos financeiros. Os bancos privados, em particular, têm um papel crucial a desempenhar — eles continuam sendo os principais facilitadores da expansão dos combustíveis fósseis. **Entre 2016 e 2025, as instituições financeiras destinaram mais de US$ 15 bilhões para atividades de petróleo e gás na Amazônia[13].** Ao mesmo tempo, um número crescente reconhece os riscos e impactos das operações extrativas de petróleo e gás, em meio a décadas de esforços liderados por povos indígenas. Até o momento, **11 grandes bancos adotaram políticas que restringem o financiamento para o desenvolvimento de combustíveis fósseis na região[14].**



Este relatório destaca:

- Os riscos complexos e sobrepostos associados à expansão dos combustíveis fósseis na Amazônia e por que eles devem preocupar os credores e investidores da Petrobras.
- As oportunidades práticas para os apoiadores financeiros da Petrobras alinharem a alocação de capital com a estabilidade climática, a proteção da biodiversidade, os direitos humanos e uma transição energética justa.

Petrobras na Amazônia: um perfil de risco sistêmico

A Petrobras está implementando uma estratégia agressiva de expansão de combustíveis fósseis na Amazônia, apoiada por cerca de US$ 61,5 bilhões em financiamento corporativo geral desde 2016[15] sem prestação de contas em nível de projeto. Seus planos apresentam múltiplos riscos interligados, que variam desde responsabilidades legais imediatas e danos à reputação até exposição crítica de capital a longo prazo e ativos encalhados.

A Amazônia nunca foi uma preocupação ambiental isolada — é uma questão de risco sistêmico. Para a comunidade financeira, a exposição potencial reside em múltiplas frentes.

- Risco de transparência e *due diligence*
- Riscos fiduciários e de reputação
- Riscos legais e de litígio
- Riscos ambientais e materiais
- Riscos de transição e políticos

Jacqueline Lisboa / WWF-Brazil

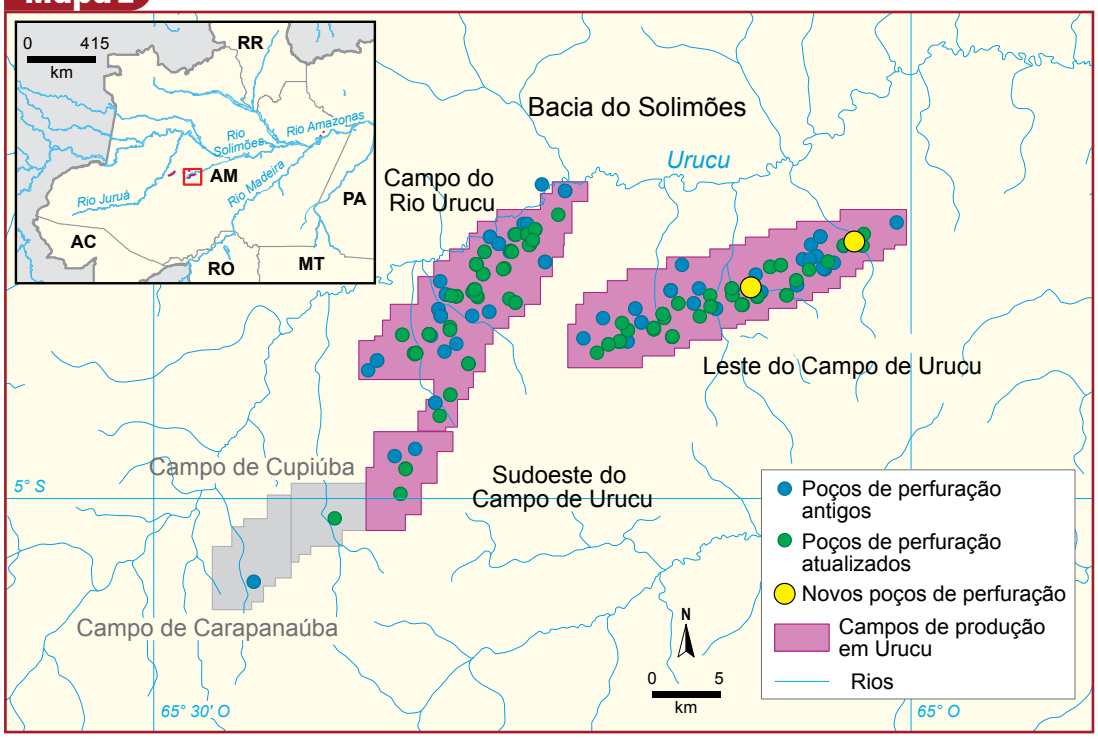
PERFURAÇÕES E DERRAMAMENTOS: EXPANSÃO ARRISCADA DA PETROBRAS NA AMAZÔNIA

A Petrobras é uma das maiores empresas de petróleo e gás do mundo, com operações em cerca de 25 países. Atualmente, as operações na Amazônia[16] representam cerca de 3,5% da produção total da empresa[17], mas seus esforços para tornar a região uma nova fronteira estão se intensificando. Os investimentos recentes da empresa, que abrangem a Província Petrolífera de Urucu, no estado do Amazonas[18], e a exploração *offshore* ao longo da Margem Equatorial do Brasil[19], demonstram suas **duas frentes de expansão: ampliar a produção em terra e avançar com novas perfurações em alto-mar.**

A pesquisa da Stand.earth estima que as operações da Petrobras na Amazônia poderão representar quase 12% da produção anual total da empresa[20].

A já consolidada Província Petrolífera de Urucu é atualmente o único campo ativo da Petrobras na Amazônia, produzindo em média 105 mil barris por dia. Em maio de 2026, a empresa anunciou investimentos de mais de R$ 2,8 bilhões (cerca de US$ 560 milhões), incluindo planos para perfurar 22 novos poços de produção e aumentar o fornecimento de gás fóssil[21].

Mapa 2



Província Petrolífera de Urucu

Maximizar o valor do portfólio da empresa, concentrando-se em ativos em águas profundas e ultraprofundas na Margem Equatorial do Brasil, é outra prioridade de crescimento do atual Plano Estratégico da Petrobras[22]. Cruciais para a segunda frente de expansão da Petrobras, esses métodos são considerados não convencionais[23] e apresentam riscos ambientais significativos — a Foz do Amazonas, em particular, possui fortes correntes oceânicas, que já se mostraram disruptivas e custosas.

A Petrobras iniciou perfurações exploratórias controversas na Margem Equatorial em outubro de 2025, apenas algumas semanas antes de o Brasil sediar a COP30, conferência sobre as mudanças climáticas, em Belém. Pouco tempo depois, o projeto Bloco 59, na foz do Amazonas, enfrentou grandes problemas e sofreu seu primeiro desastre — uma confirmação dos riscos envolvidos.

Após o vazamento de 18.440 litros de fluido de perfuração no local de perfuração do poço Morpho, as operações foram suspensas por mais de 30 dias em janeiro de 2026. A Petrobras afirmou[24] que o fluido era biodegradável e estava dentro dos limites regulamentares de toxicidade, mas um relatório do Ibama constatou[25] que ele continha substâncias nocivas à vida marinha. O incidente resultou em uma multa de R$ 2,5 milhões (US$ 480 mil) e reforçou preocupações antigas de que as poderosas correntes oceânicas da região poderiam espalhar a poluição por grandes áreas em caso de um grande derramamento de petróleo.

A diretora-presidente da Petrobras, Magda Chambriard, reconheceu posteriormente que as correntes submarinas complicaram as operações de perfuração, contribuindo para atrasos dispendiosos que dobraram a duração prevista da primeira fase de exploração, de 5 para 10 meses[26].

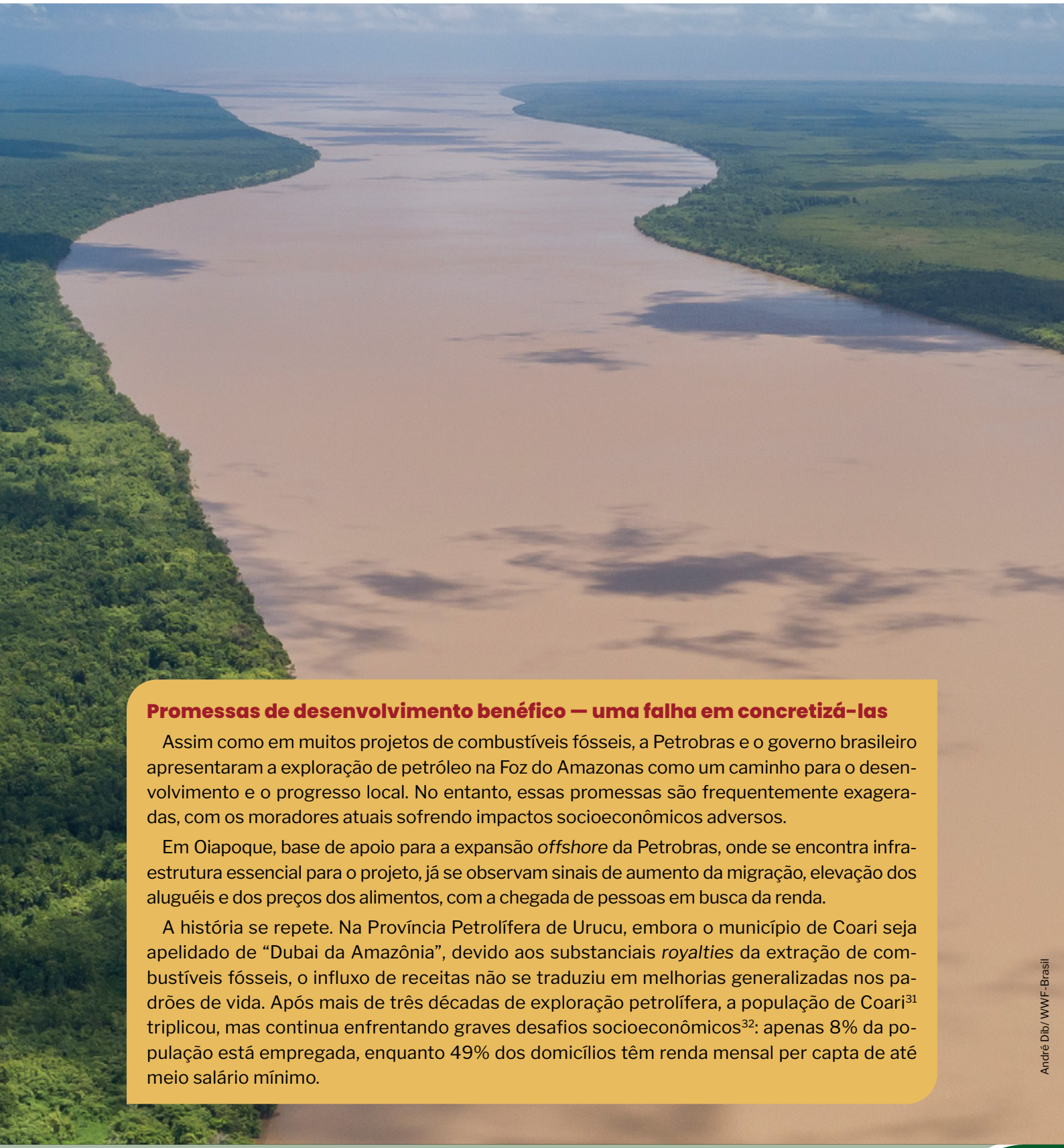
Em agosto de 2026, a Petrobras anunciou ter encontrado indícios de hidrocarbonetos em seu poço Morpho, no Bloco 59[27]. O volume e a viabilidade da produção futura são desconhecidos — a empresa solicitou autorização para perfurar três poços contingentes, a qual foi concedida pelo Ibama por meio de uma emenda à licença ambiental[28].

Mapa 3



Blocos de petróleo e gás da Petrobras na Margem Equatorial

O Bloco 59 é o primeiro passo na estratégia de expansão mais ampla da Petrobras na foz do Amazonas. A aquisição, pela empresa, de mais 10 blocos de exploração em 2025 consolida seu plano estratégico na região. E com a ANP, a agência reguladora de petróleo brasileira, incentivando ativamente a exploração com base no modelo da vizinha Guiana, com suas descobertas em águas profundas e exportações de petróleo em expansão[29], a Petrobras pode estar esperando um resultado semelhante[30].



Promessas de desenvolvimento benéfico — uma falha em concretizá-las

Assim como em muitos projetos de combustíveis fósseis, a Petrobras e o governo brasileiro apresentaram a exploração de petróleo na Foz do Amazonas como um caminho para o desenvolvimento e o progresso local. No entanto, essas promessas são frequentemente exageradas, com os moradores atuais sofrendo impactos socioeconômicos adversos.

Em Oiapoque, base de apoio para a expansão *offshore* da Petrobras, onde se encontra infraestrutura essencial para o projeto, já se observam sinais de aumento da migração, elevação dos aluguéis e dos preços dos alimentos, com a chegada de pessoas em busca da renda.

A história se repete. Na Província Petrolífera de Urucu, embora o município de Coari seja apelidado de "Dubai da Amazônia", devido aos substanciais *royalties* da extração de combustíveis fósseis, o influxo de receitas não se traduziu em melhorias generalizadas nos padrões de vida. Após mais de três décadas de exploração petrolífera, a população de Coari[31] triplicou, mas continua enfrentando graves desafios socioeconômicos[32]: apenas 8% da população está empregada, enquanto 49% dos domicílios têm renda mensal per capta de até meio salário mínimo.

André Dib/ WWF-Brasil

FINANCIAMENTO DA PETROBRAS: RISCOS SEM RESPONSABILIDADE

Principais resultados

- De acordo com pesquisa da Stand.earth, **a Petrobras é a única empresa que recebe financiamento exclusivamente para fins corporativos gerais desde 2016**. Ao limitar a transparência, o ônus recai sobre os financiadores para que abordem os riscos da expansão dos combustíveis fósseis, da alocação de capital e dos planos estratégicos.
- **O financiamento como forma de alcançar o engajamento pode ser uma estratégia cada vez menos eficaz**. A Petrobras depende quase inteiramente de financiamento por títulos (61%) e empréstimos sindicados (38%)[33], reduzindo a alavancagem dos bancos individuais para promover mudanças positivas.
- **A exposição de credores ao risco é alta.** Dos títulos em circulação da Petrobras, 71% têm vencimento posterior a 2030 — ultrapassando o pico da demanda por petróleo, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).
- **Os investidores financeiros da Petrobras enfrentam um risco fiduciário significativo.** A expansão agressiva da empresa na Amazônia entra em conflito com muitas políticas de risco ambiental de investidores e com as exigências relativas aos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

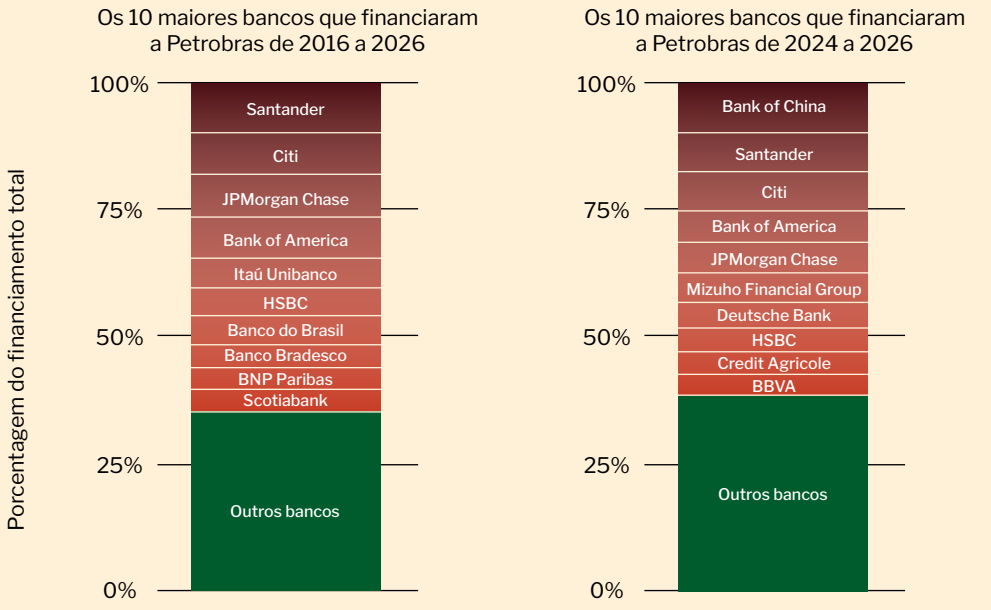
Riscos crescentes de viabilizar a expansão de petróleo na Amazônia

A Petrobras está profundamente integrada ao mercado global. As instituições financeiras desempenham um papel significativo no apoio às suas operações e estratégia de crescimento. Dados de junho de 2026 mostram a empresa reportando US$ 25,834 bilhões em empréstimos, títulos, notas globais e debêntures[34].

Analisando mais a fundo, no período de 2016 a 2026, a Petrobras recebeu um financiamento estimado em **US$ 61,5 bilhões** de pelo menos 39 instituições financeiras. Desse total, **64% vieram de apenas 10 bancos**[35] — indicando um papel desproporcional para um pequeno grupo de financistas, incluindo **Santander**, **Citi**, **JPMorgan Chase**, **Bank of America**, **HSBC**, **Itaú** e **Bradesco**.

As instituições financeiras ajudam a manter o acesso da Petrobras ao capital e a reduzir o custo do financiamento de suas atividades, incluindo a expansão para novas fronteiras petrolíferas na Amazônia, como a Foz do Amazonas.

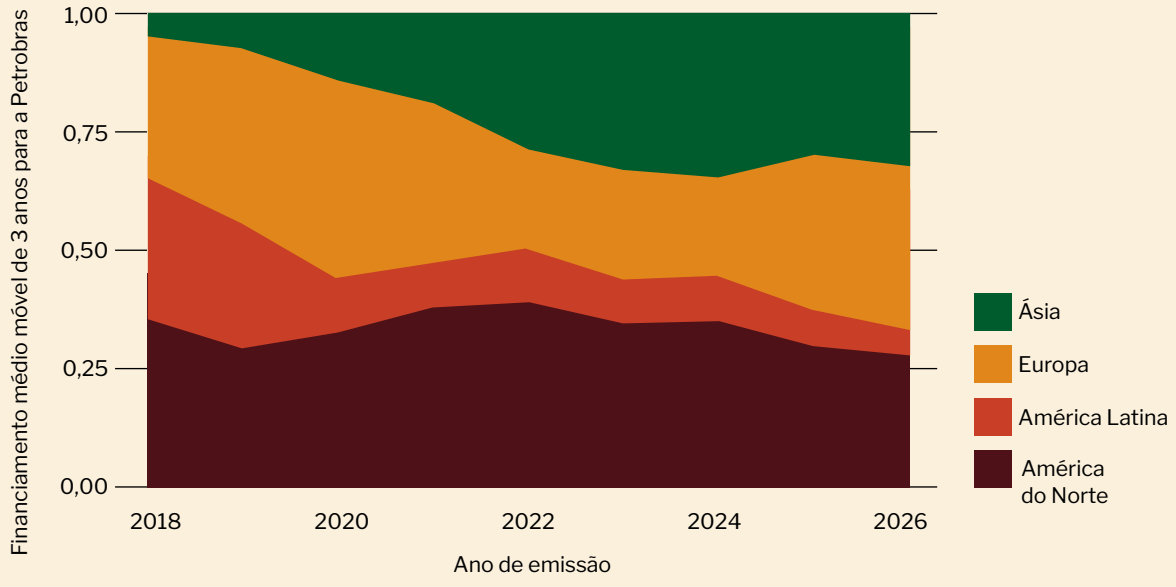
Figura 1



Participação do financiamento da Petrobras entre os 10 maiores bancos em comparação com todos os outros bancos analisados, comparando os períodos de 2016 a 2026 e de 2025 a 2026.

No entanto, uma mudança gradual nas fontes de capital está alterando o perfil de financiamento da Petrobras. De maneira geral, os bancos europeus e norte-americanos continuam sendo importantes financiadores, mas os bancos latino-americanos (principalmente brasileiros) reduziram sua participação, enquanto as instituições chinesas e japonesas aumentaram o financiamento, incluindo o **Bank of China, Mitsubishi UFJ Financial Group e Mizuho Financial Group**. Os credores asiáticos dobraram o financiamento recente da empresa (de 2024 a 2026) em comparação com o período anterior (de 2016 a 2018)[36].

Figura 2



Financiamento médio móvel de 3 anos dos bancos para a Petrobras, agrupado por região da sede.



Um pelicano, coberto de óleo proveniente do poço da Deepwater Horizon, na baía de Barataria.

© Jose Luis Magana / Greenpeace

Diversos fatores podem explicar essas mudanças. A crescente cooperação econômica entre o Brasil e a China, inclusive por meio do BRICS, provavelmente é um dos fatores impulsionadores. Ao mesmo tempo, a mudança do financiamento nacional para o internacional e mais diversificado reflete a trajetória da Petrobras de empresa regional para global no mercado de petróleo.

Mas também existe uma tendência de mudança entre os financistas. O crescente escrutínio sobre as instituições que financiam a expansão dos combustíveis fósseis levou os bancos europeus e norte-americanos a adotarem exclusões relacionadas ao petróleo e ao gás. Alguns dos principais financiadores da Petrobras, incluindo **BNP Paribas**, **HSBC**, **Citi**[37], e **JPMorgan Chase**[38], comprometeram-se a restringir várias formas de financiamento para atividades de petróleo e gás especificamente na Amazônia. Vale ressaltar que a maioria das instituições financeiras asiáticas e latino-americanas não possui tais restrições.

A mudança no perfil de financiamento da Petrobras pode indicar que algumas instituições financeiras percebem cada vez mais que sua estratégia de expansão acarreta riscos climáticos, de biodiversidade, violação de direitos indígenas e de reputação.

Esforços de transição duvidosos e risco de transparência

À medida que as negociações climáticas internacionais avançam com planos de eliminação dos combustíveis fósseis em um contexto de aquecimento global acelerado[39], bancos que apoiam as empresas de desenvolvimento de petróleo e gás frequentemente argumentam que o relacionamento financeiro lhes dá alavancagem na transição energética. Mas esse argumento não se sustenta no caso da Petrobras. Em primeiro lugar, a empresa demonstra poucos sinais de esforços de transição. Em segundo lugar, qualquer alavancagem é extremamente limitada — acabar com o apoio financeiro pode se revelar mais eficaz.

Líder na transição energética justa ou *Greenwashing*?

As campanhas de relações públicas da Petrobras retratam a empresa como líder na transição energética justa[40]. Embora **a empresa tenha se comprometido a atingir a neutralidade de carbono até 2050**, análises mostram que seus planos de expansão ultrapassam drasticamente o cenário de Emissões Líquidas Zero (NZE) até 2050 da AIE[41].

Seus **relatórios são insuficientes para que as partes interessadas financeiras e os investidores** avaliem sua capacidade de se alinhar a uma trajetória de 1,5 °C — algo crucial para evitar grandes pontos de inflexão climática e riscos sistêmicos. Até mesmo o ex-diretor-presidente da Petrobras considera a falta de estratégias de transição como "mau planejamento de negócios"[42].

O que fica claro é que os gastos planejados pela Petrobras com exploração e produção de petróleo aumentaram para 72% do total de investimentos em 2025, os gastos da empresa com "energia de baixo carbono" caíram quase um quinto e a maioria das receitas da Petrobras ainda provém de fontes fósseis[43].

Dos estimados US$ 61,5 bilhões em financiamento recebidos pela Petrobras desde 2016, quase a totalidade foi obtida por meio de transações de finalidade corporativa geral, e não por meio de empréstimos específicos para projetos[44]. Nesses arranjos, os fundos podem ser utilizados em todas as operações da empresa.

A Petrobras parece ser única nesse aspecto. Pesquisas da Stand.earth mostram que entre 16% e 28% do financiamento obtido por empresas de petróleo e gás que operam na Amazônia geralmente está vinculado a projetos específicos[45].

Essa total ausência de destinação específica de verbas na Petrobras é um problema crítico para seus financiadores. Isso obscurece a forma como o capital é aplicado e torna extremamente difícil a realização de *due diligence* em relação aos riscos ambientais e sociais.

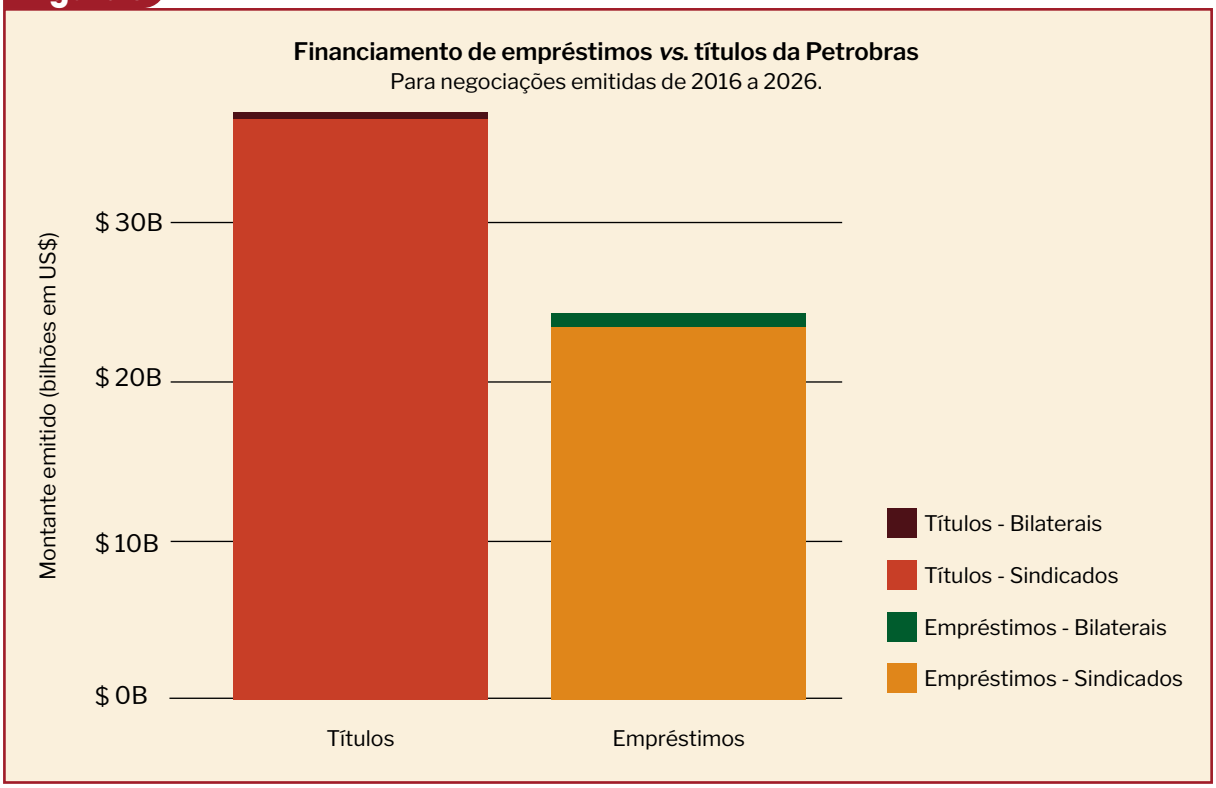
As instituições financeiras são responsáveis por avaliar o risco em nível da empresa, e a ausência de transparência no âmbito do projeto torna impossível verificar como os fundos são utilizados. **Isso deixa os financiadores da Petrobras em risco significativo de exposição. Cabe a eles verificar se o financiamento corporativo geral da empresa está sendo canalizado para atividades controversas** associadas a novas fronteiras de combustíveis fósseis, perda de biodiversidade e violações dos direitos humanos e dos direitos indígenas.

Com tão pouca transparência, os investidores e financiadores só podem especular sobre como a Petrobras usou o US$ 1,1 bilhão em financiamento que garantiu em maio de 2025[46]. Obtido apenas semanas antes do leilão de petróleo altamente controverso, no qual a empresa adquiriu 10 blocos na Foz do Amazonas, é impossível descartar a possibilidade de que esses fundos tenham financiado as aquisições. Instituições financeiras que possuem políticas restritivas para o financiamento de atividades que promovam a expansão dos combustíveis fósseis teriam dificuldade em comprovar que seus fundos continuam em conformidade com essas políticas.

Alavancagem limitada e títulos de longo prazo aumentam o risco

A estrutura de financiamento da Petrobras impõe ainda mais encargos aos bancos e financiadores, limitando sua capacidade de influenciar suas atividades. **As operações de subscrição de títulos, que representam 61% (US$ 36 bilhões) do financiamento da Petrobras[47], oferecem pouca alavancagem.** Uma vez que os títulos são emitidos e vendidos, a relação de financiamento torna-se distante, e as oportunidades para um envolvimento contínuo são reduzidas.

Figura 3

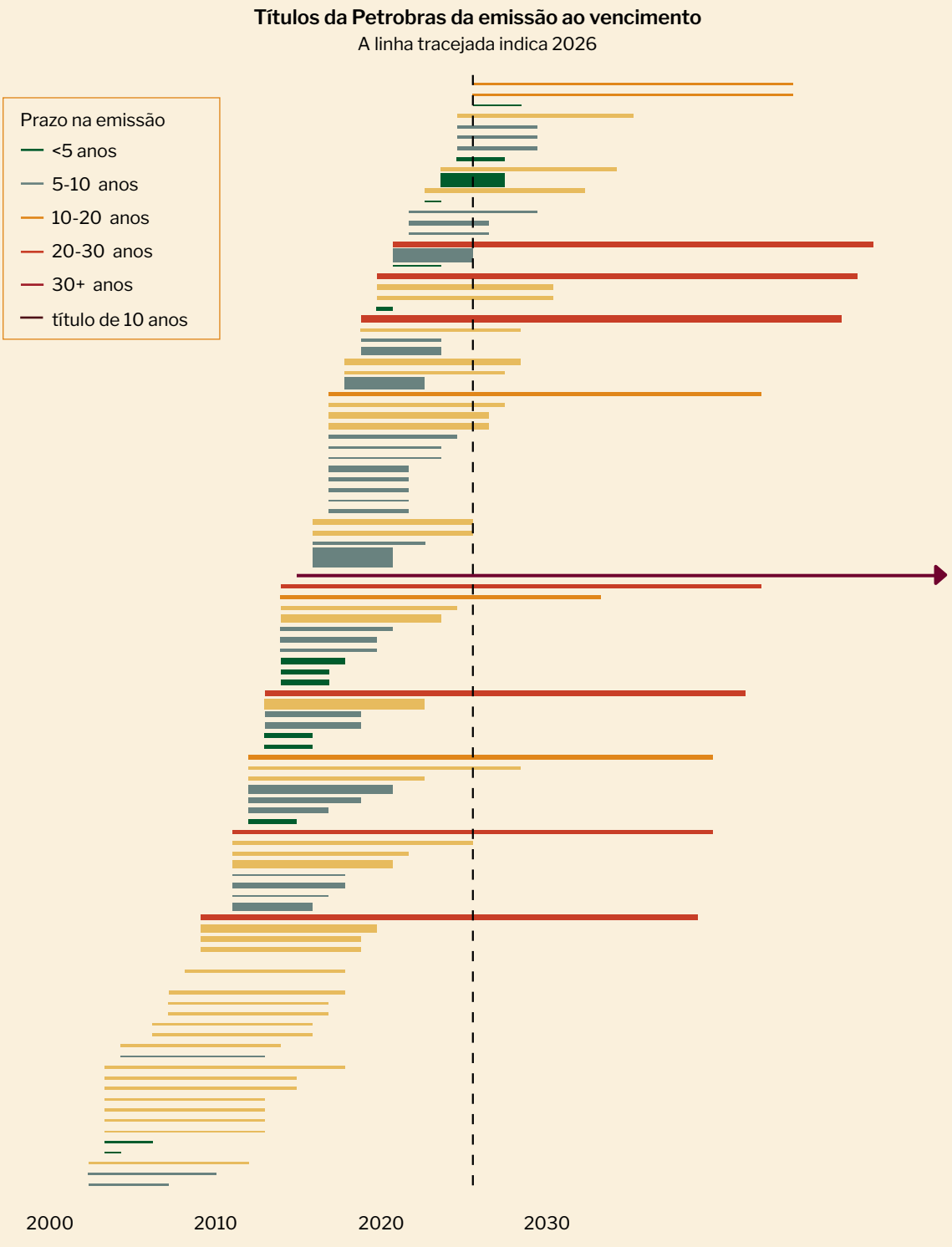


Comparação do financiamento por empréstimos *vs.* títulos para negociações da Petrobras emitidos de 2016 a 2026. Também compara acordos bilaterais com acordos sindicados, com a ressalva de que a opacidade dos acordos bilaterais, muitas vezes privados, significa que o total pode estar subestimado.

Como os títulos são a principal fonte de financiamento da dívida da Petrobras, a Stand.earth analisou a situação mais a fundo, pesquisando emissões desde o ano 2000 e avaliando as datas de vencimento futuras. **Dos títulos atualmente em circulação, 18 de 27 (dois terços) têm vencimento posterior a 2030[48] — além da projeção da AIE para o pico da demanda de petróleo[49]**. Isso representa mais de US$ 33 bilhões (71%) do valor total dos títulos da empresa, sugerindo que **a Petrobras está apostando em uma transição energética adiada.**

Uma transação ilustra isso particularmente bem. Em 2015, o Deutsche Bank e o JPMorgan Chase subscreveram um título da Petrobras com vencimento em 2115, uma emissão extraordinária de 100 anos que ajudou a empresa a arrecadar mais de US$ 2 bilhões. O momento da transação também é impressionante: o título não só foi emitido no mesmo ano do Acordo de Paris, como também enquanto a Petrobras estava no centro de um enorme escândalo de corrupção no Brasil. Nessa época, a empresa também contabilizou uma baixa contábil de US$ 17 bilhões devido a perdas por corrupção e ativos supervalorizados[50]. Ao subscrever esse título, os bancos ampliaram a confiança do mercado quando a Petrobras mais precisava, mas menos merecia.

Figura 4



Títulos da Petrobras emitidos desde 2000. Cada linha vai do ano de emissão ao ano de vencimento, as cores agrupam os títulos por prazo e a largura da linha é proporcional ao montante emitido. O eixo x está truncado em 2055, com uma seta indicando um título que vence em 2115.

Os compromissos de financiamento que se estendem por um século no futuro são difíceis de conciliar com os cenários de mudanças climáticas amplamente aceitos, que exigem uma rápida eliminação gradual dos combustíveis fósseis. Eles também aumentam o risco de duração para os investidores, especialmente administradores de ativos, fundos de pensão e seguradoras que dependem de títulos de longo prazo para pagamentos de pensão e seguro de vida.

Responsabilidade e risco fiduciário

O financiamento por dívida é apenas uma parte da estrutura de capital da Petrobras. A empresa possui cerca de 750[51] investidores institucionais. Investidores estrangeiros detêm cerca de 40% das ações ordinárias[52]. **Embora o governo brasileiro continue como acionista controlador, os principais investidores da Petrobras incluem algumas das maiores administradoras de ativos e fundos de pensão do mundo.**

Tabela 1. Os 20 maiores detentores de ações preferenciais da Petrobras (PETR4/PBR.A), conforme relatado pela LSEG. A Petrobras possui duas classes de ações, e esses números se referem apenas à classe preferencial, que confere direitos econômicos, mas não direito a voto. O governo federal brasileiro não aparece aqui porque detém apenas ações ordinárias, e não ações preferenciais.

Nome do investidor	Número de ações detidas (em milhões)	Valor dos ativos do investidor (em milhões de US$)
BNDES Participações S.A.	900	US$ 7.820
BlackRock Institutional Trust Company, N.A.	392	US$ 3.404
GQG Partners, LLC	348	US$ 3.020
Opportunity Asset Management, Ltda.	159	US$ 1.165
Vanguard Capital Management, LLC	149	US$ 1.297
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	135	US$ 1.175
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	93	US$ 775
Aviva Investors Global Services Limited	83	US$ 714
Norges Bank Investment Management (NBIM)	72	US$ 530
CPP Investments	50	US$ 326
BlackRock Advisors (UK) Limited	49	US$ 428
BlackRock Asset Management Deutschland AG	43	US$ 372
Geode Capital Management, L.L.C.	42	US$ 368
Dimensional Fund Advisors, L.P.	41	US$ 360
Charles Schwab Investment Management, Inc.	40	US$ 351
Kapitalo Investimentos Ltda	35	US$ 343
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	27	US$ 233
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	25	US$ 219
Itaú Unibanco S.A.	20	US$ 174
BB Gestão de Recursos - DTVM S.A.	20	US$ 168

Muitos desses acionistas **assumiram compromissos públicos para lidar com as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e os riscos aos direitos dos povos indígenas.** A administradora de ativos internacional Robeco, por exemplo, é investidora da Petrobras e também signatária fundadora da iniciativa Net Zero Asset Managers (NZAM). A empresa assumiu compromissos públicos de descarbonizar seus portfólios e direcionar capital para empresas que estão migrando para energias renováveis, tecnologias verdes e eletrificação.

Exemplos de proprietários de ativos da Petrobras com dever fiduciário direto para com os beneficiários	Canada Pension Plan Investments
	Norges Bank Investment Management
	KLP (o maior fundo de pensões da Noruega)
	California Public Employees' Retirement System (CalPERS)
Exemplos de administradoras de ativos da Petrobras que operam sob mandatos de risco climático e ambiental	Legal & General Investment Management
	Royal London Asset Management
	Robeco

Os múltiplos riscos da estratégia agressiva de expansão da Petrobras em combustíveis fósseis colocam em questão seu valor para as carteiras de investidores.

Dada a importância da Amazônia para a estabilidade climática e a resiliência econômica, o apoio contínuo à Petrobras é difícil de conciliar com as obrigações fiduciárias e os compromissos climáticos. Investir na Petrobras significa uma nova expansão da produção de petróleo na Amazônia, o que implica uma exposição significativa a riscos legais, de reputação, materiais, de transição e de capital encalhado, bem como a uma possível falha fiduciária.

O crescente fardo da exposição

De acordo com as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, espera-se que as instituições financeiras identifiquem, avaliem e abordem os impactos adversos sobre o clima e os direitos humanos relacionados às suas relações comerciais[53].

Os credores e investidores da Petrobras enfrentam uma questão crucial: Será financeiramente viável ou será uma estratégia de negócios sólida continuar a fornecer apoio substancial enquanto se demonstra capacidade limitada, ou falta de vontade, de influenciar a expansão da empresa na Amazônia, uma das regiões mais sensíveis do mundo em termos ambientais e sociais?

As seções seguintes deste relatório destacam alguns dos tipos de risco específicos — de preocupação imediata e/ou crítica — relacionados à Petrobras: riscos legais, de litígio e de reputação; riscos ambientais, operacionais e materiais; e riscos de transição, de capital estagnado e políticos.


Jacqueline Lisboa / WWF-Brazil

Um panorama do cenário político da Amazônia

As recentes mudanças políticas na América do Sul — particularmente a eleição apertada de governos de extrema-direita e pró-mercado — estão impulsionando uma pressão regional para fortalecer os combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que revogam os compromissos climáticos e avançam na violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Na Colômbia, o recém-eleito Abelardo de la Espriella[54] prometeu repetidamente aumentar a produção de petróleo e gás. No Peru, a nova presidente Keiko Fujimori[55] quer atrair investidores privados, principalmente para áreas protegidas, incluindo reservas indígenas. E no Equador, o leilão planejado pelo presidente Daniel Noboa,[56] que envolve 11 blocos de petróleo, coloca em risco mais de 3 milhões de hectares de territórios ancestrais. No Brasil, o recém-eleito presidente Lula tem apoiado a continuidade da exploração de petróleo e gás, inclusive na Foz do Amazonas, apesar de enfatizar uma ambiciosa agenda climática. [57]

Para credores e investidores, o ambiente altamente polarizado introduz uma grave incerteza regulatória e política, tornando-se um cenário volátil que ameaça a rentabilidade a longo prazo.

Essas administrações dependem explicitamente de capital privado para financiar sua expansão no setor de petróleo e gás, embora poderosas empresas estatais continuem a dominar o setor. As políticas relativas aos direitos de perfuração e à proteção ambiental estão sujeitas a mudanças abruptas, enquanto o risco político é agravado por profundos danos legais e de reputação relacionados a critérios ESG devido à exploração de áreas legalmente protegidas.

Jacqueline Lisboa / WWF-Brazil

EM DESTAQUE: RISCOS LEGAIS, DE LITÍGIO E DE REPUTAÇÃO

Principais resultados

- **Os litígios são uma característica estrutural do modelo de desenvolvimento de combustíveis fósseis na Amazônia, e não um risco incidental.** Por mais de cinco décadas, projetos que se sobrepõem a territórios indígenas e outras áreas sensíveis têm gerado disputas legais prolongadas, atrasos no licenciamento e custos crescentes.
- **O Bloco 59 da Petrobras demonstra que um único ativo pode se tornar um risco composto.** As frentes legais simultâneas do projeto apresentam múltiplos pontos de possível falha, além de riscos relacionados à *due diligence* e à responsabilidade por danos ambientais.
- **O padrão para o que é considerado um licenciamento "limpo" agora é mais elevado.** A expansão de entendimentos jurídicos, como o Parecer Consultivo OC-32/25 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, deve ser tratada como um fator multiplicador de risco jurídico — de natureza prospectiva, e não retroativa — ao se avaliarem novos financiamentos na região.
- **O risco legal se traduz diretamente em risco financeiro — não é apenas uma questão de aparência.** Litígios podem ser um canal direto de risco de crédito e de avaliação, comprometendo a capacidade da empresa de honrar suas dívidas, corroendo o valor dos investimentos e expondo projetos como potenciais ativos encalhados.

Por mais de cinco décadas, o desenvolvimento de combustíveis fósseis na Amazônia tem gerado **litígios prolongados, incertezas regulatórias, oposição social, danos à reputação, atrasos na implementação e custos crescentes.** Esses fatores são particularmente acentuados quando os projetos se sobrepõem a territórios indígenas e outras áreas social e ambientalmente sensíveis, onde os riscos de interrupção ou suspensão são maiores.

Apesar dos retornos significativos a curto prazo de empresas como a Petrobras, esses fatores, em conjunto, representam riscos substanciais e interligados de natureza legal, operacional, financeira e de reputação para seus investidores. Quando entraves legais ou litígios afetam a capacidade da Petrobras de pagar suas dívidas, por exemplo, o valor dos investimentos pode ser prejudicado, impactando os credores, introduzindo o potencial de desperdício de capital e expondo os investidores a riscos de ativos encalhados.

Considerando a recorrência ao longo do tempo e em toda a região, esses fatores devem ser compreendidos como características estruturais do modelo de desenvolvimento de combustíveis fósseis, e não como desafios incidentais. O padrão se repete em empresas estatais e privadas, que juntas têm um histórico preocupante de violações de direitos humanos e acidentes ambientais, apesar da legalidade apesar da obrigação legal de cumprir as normas ambientais e de respeitar os povos indígenas e os direitos humanos[58].

Em julho de 2025, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu o Parecer Consultivo OC-32/25 sobre a Emergência Climática e os Direitos Humanos, estabelecendo, **na jurisprudência interamericana, as obrigações dos estados de prevenir, mitigar e remediar os impactos sobre os direitos humanos relacionados ao clima**[59].

A Corte também reconheceu o dever de se abster de causar danos climáticos irreversíveis como uma norma de *jus cogens* e enfatizou a necessidade de maior proteção para os povos indígenas, as comunidades tradicionais e os defensores dos direitos humanos ambientais[60].

A OC-32/25 fortalece os argumentos jurídicos existentes contra projetos de petróleo e gás na Amazônia e provavelmente se tornará um precedente importante em litígios futuros, ampliando as ferramentas legais disponíveis para as comunidades e organizações da sociedade civil.

Consequentemente, as instituições financeiras, os credores, os investidores e as seguradoras devem considerar o respeito pelos direitos dos povos indígenas e a avaliação dos impactos climáticos como fatores determinantes da viabilidade dos projetos e do risco de investimento.

A denúncia da ClientEarth de 2023 a diversos órgãos das Nações Unidas, relativa aos bancos que financiaram a Saudi Aramco, já destacava as crescentes expectativas de que os financiadores avaliassem não apenas os impactos diretos dos projetos, mas também as consequências mais amplas do apoio a empresas cujas atividades contribuem para danos climáticos e aos direitos humanos[61].

Ações judiciais relacionadas ao clima contra bancos no Brasil

De acordo com o relatório "Banks and Climate Litigation: Brazil Report" (Bancos e Litígios Climáticos: Relatório sobre o Brasil), publicado pelo Instituto Britânico de Direito Internacional e Comparado (BIICL), as condições para o aumento das ações judiciais relacionadas ao clima contra bancos estão se concretizando no Brasil.

A organização brasileira Conectas Direitos Humanos entrou com a primeira ação climática do mundo envolvendo um banco de desenvolvimento, argumentando que a alocação de recursos financeiros de instituições públicas para empresas deve obedecer a critérios de máximo retorno para o desenvolvimento sustentável do país. Esse caso estabeleceu as bases doutrinárias para futuras ações judiciais. Especialistas argumentam que o marco constitucional brasileiro para a proteção ambiental, seu regime de responsabilidade ambiental, o direito societário e um conjunto cada vez mais extenso de regulamentações financeiras relacionadas ao clima oferecem uma série de vias jurídicas potenciais pelas quais ações envolvendo bancos podem se desenvolver[62].

O projeto de expansão de petróleo do Bloco 59 da Petrobras é o caso mais recente na Amazônia a atrair a atenção global. A oposição constante dos povos indígenas, das comunidades locais, das organizações da sociedade civil e da comunidade científica causou mais de uma década de atrasos no processo de licenciamento ambiental, antes que a empresa recebesse a autorização em 2025.

Diversos processos judiciais estão em andamento contestando as rodadas de licenciamento do Brasil para novos blocos de exploração na Margem Equatorial, enquanto uma série de casos emblemáticos em toda a região pan-amazônica ilustra a resistência jurídica e política contínua ao desenvolvimento de petróleo e gás. A matriz de processos judiciais no Apêndice reúne procedimentos selecionados que ilustram esse padrão persistente de preocupações legais, regulatórias e de reputação.

Questões legais em curso da Petrobras no Bloco 59

Diversas ações judiciais já foram impetradas perante os tribunais federais no Brasil desde que a Petrobras obteve a licença para perfurar no Bloco 59, contestando a autorização para atividades de exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

Uma das medidas tomadas pelo Ministério Público Federal (MPF) busca anular a autorização do Ibama, além de suspender imediatamente todas as atividades relacionadas à Avaliação Pré-Operacional (APO). Um processo adicional instaurado pelo MPF exige a conclusão de estudos relativos às comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas localizadas na área de influência do projeto, incluindo o necessário Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

Outro processo movido por uma coalizão da sociedade civil formada por Observatório do Clima, Greenpeace Brasil, WWF-Brasil, Arayara, Confrem, Coiab, Conaq-AP e Apib busca anular a Licença de Operação (LO) e pressiona o Ibama a se abster de emitir licenças ambientais para projetos de petróleo e gás na Margem Equatorial até que uma avaliação abrangente de sua viabilidade ambiental seja realizada.



Marcha dos Povos Indígenas, durante a COP30 de Belém (PA)

Rafael Vilela



Vazamento de petróleo causado pela explosão da plataforma Deepwater Horizon, no Golfo do México em 2010.

Crédito

EM DESTAQUE: RISCOS AMBIENTAIS, OPERACIONAIS E MATERIAIS

Principais resultados

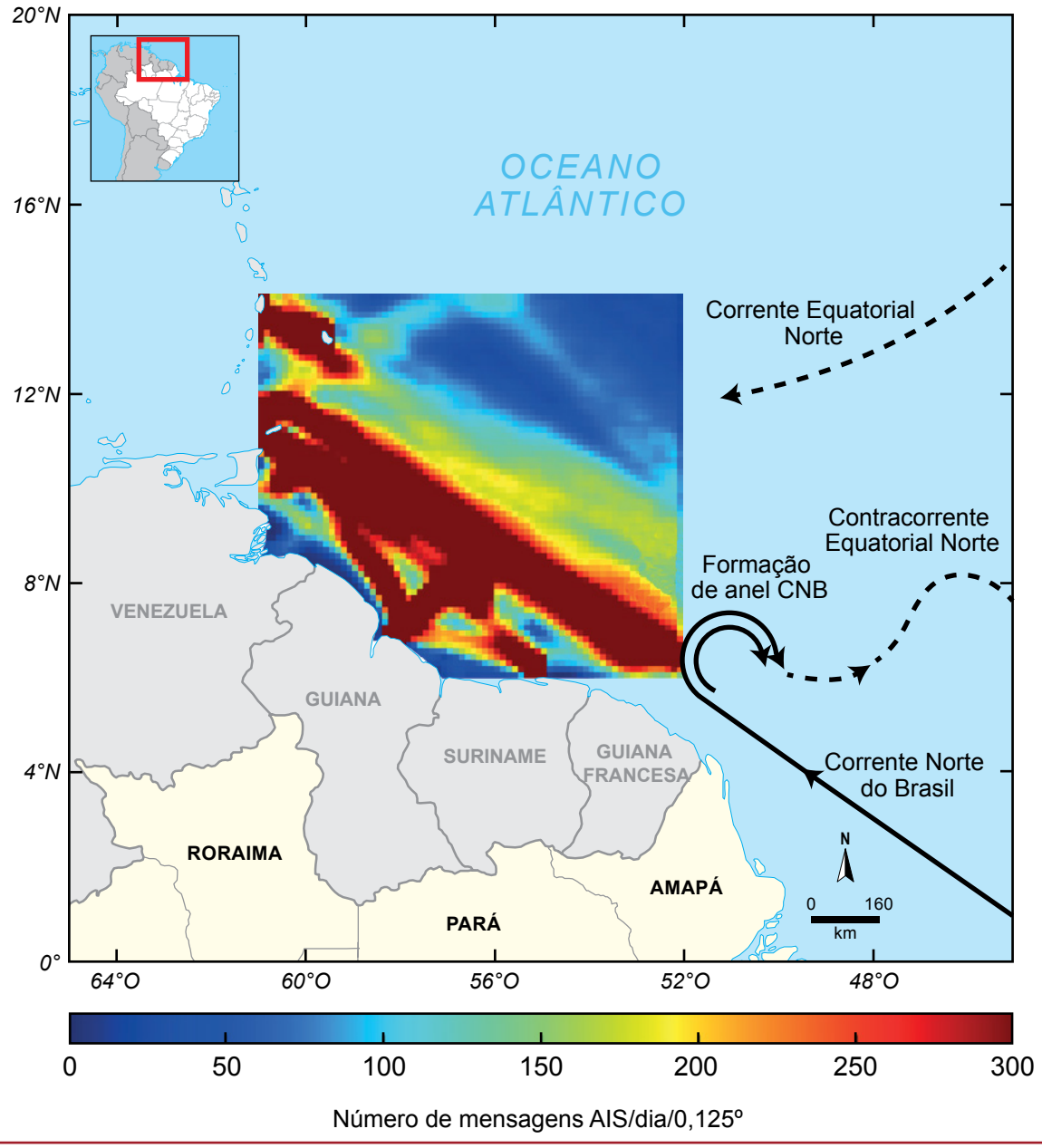
- **A exploração de petróleo em alto-mar na Amazônia representa um risco ambiental.** Na bacia da Foz do Amazonas, a Corrente Norte do Brasil, os manguezais do litoral do Amapá e o Grande Sistema de Recifes da Amazônia são fatores ambientais únicos que aumentam os riscos em caso de derramamento de petróleo.
- **Condições ambientais adversas podem interromper as operações e representar um risco material para a infraestrutura.** O deslocamento da plataforma de perfuração na Foz do Amazonas causou perdas de US$ 150 milhões para a Petrobras em 2011, enquanto o vazamento de fluido de perfuração em janeiro de 2026 no Bloco 59 provocou a paralisação das atividades e atrasos no projeto.
- **A logística crítica de resposta a emergências, as despesas de remediação e as receitas diferidas devido a paralisações operacionais criam um elevado impacto a longo prazo** e um risco de crédito subavaliado à medida que os cenários climáticos se materializam, de acordo com a análise de transmissão de risco.
- **Existe uma lacuna significativa de dados e informações sobre como conduzir operações na região.** As condições apresentam uma probabilidade significativa de surgimento de riscos catastróficos.

A Margem Equatorial do Brasil abrange cinco bacias marítimas, estendendo-se pelos estados do Rio Grande do Norte ao Amapá. Três estão localizadas ao longo da costa amazônica, sendo a bacia sedimentar da Foz do Amazonas a mais ao norte.

A perfuração histórica começou na Foz do Amazonas na década de 1970, com atividades de exploração em 95 poços, sem resultar em descoberta de petróleo explorável ou contratos de produção. Dados divulgados em 2023 revelaram que 31 desses poços foram abandonados, 27 devido a "acidentes mecânicos"[63].

Antes da concessão do Bloco 59 à Petrobras, a maioria dos poços era perfurada em águas rasas e sem o sistema de concessões por blocos da ANP[64]. Um dos principais obstáculos à autorização para perfuração em águas ultraprofundas nos blocos atuais da Foz do Amazonas é a possibilidade de um derramamento de petróleo atingir o litoral brasileiro ou países vizinhos, incluindo a costa caribenha da Venezuela, devido ao desafio singular da Corrente do Norte do Brasil (CNB), quente e de fluxo rápido[65].

Mapa 4



A Corrente do Norte do Brasil e a circulação oceânica ao longo da margem equatorial

Modelagens em estudos recentes revelam a capacidade de fortes correntes oceânicas transportarem rapidamente derramamentos de petróleo por vastas distâncias — elas descrevem as condições oceanográficas dinâmicas criadas pela CNB e a probabilidade de complicações nas operações de perfuração e na resposta a derramamentos de petróleo[66]. **A própria avaliação de impacto ambiental da Petrobras em diversos blocos na foz do Amazonas corrobora a possibilidade de um derramamento de petróleo atingir tanto a costa do Amapá quanto além dos limites da foz do Amazonas no período de dezembro a junho[67]**.

A zona costeira do Amapá é um dos trechos de litoral mais preservados do Brasil e abriga manguezais contínuos. Com uma extensão de 750 quilômetros, abrange 10 municípios costeiros e 16 colônias de pescadores. Cerca de 60 mil pessoas vivem em municípios situados ao longo do Bloco 59, muitas das quais têm seus meios de subsistência dependentes da pesca e da rica biodiversidade que os manguezais abrigam. Estudos demonstram o alto potencial de um derramamento de petróleo para perturbar esse delicado ecossistema.

Mapa 5



Ecossistema de manguezal ao longo da Margem Equatorial do Brasil[68].

O Grande Sistema de Recifes da Amazônia (marrom) e blocos de petróleo (quadrados). Fonte: Global Environmental Change[69].

Esses estudos também indicam que um vazamento de petróleo de um bloco na bacia da Foz do Amazonas poderia atingir o Grande Sistema de Recifes da Amazônia, um enorme ecossistema marinho de 9.500 quilômetros quadrados localizado ao largo da costa, na foz do rio Amazonas, a profundidades entre 70 e 220 metros[70]. O sistema recifal funciona como um oásis biológico para a vida marinha de águas profundas, e um vazamento poderia perturbar e até destruir seções significativas.

O esforço da ANP para perfuração exploratória na Margem Equatorial do Brasil baseia-se no sucesso da produção de petróleo da vizinha Guiana[71], onde as empresas extraem cerca de 650 mil barris de petróleo por dia de um reservatório em águas profundas descoberto em 2015, transformando o país no maior produtor de petróleo *per capita*[72]. Embora o Brasil tenha uma geologia semelhante, a perfuração em águas ultraprofundas necessária na Foz do Amazonas, combinada com suas fortes correntes, torna o gerenciamento de navios-sonda e a resposta a derramamentos muito mais complexos do que no ambiente de águas profundas padrão da Guiana.

As declarações mais recentes da Petrobras afirmam que a empresa possui a experiência e os recursos necessários para lidar com esse tipo de situação. Mas as fortes correntes oceânicas na Foz do Amazonas já causaram danos à infraestrutura e perdas materiais, com um histórico documentado de riscos ambientais e materiais.

No final de 2011, enquanto a Petrobras perfurava o poço exploratório de águas ultraprofundas de Oiapoque, as correntes marítimas deslocaram o sistema de amarração da plataforma ODN-II, causando o arrasto da plataforma e o rompimento do *riser* e do dispositivo de prevenção de erupções. Isso forçou o abandono do poço, com um prejuízo estimado em US$ 150 milhões[73]. Na época, o chefe de exploração e produção da Petrobras reconheceu o papel das correntes oceânicas e que eram necessários mais estudos sobre sua força.

Quase 15 anos depois, apenas alguns meses após o início da perfuração no poço Morpho, no Bloco 59, o equipamento da Petrobras falhou novamente[74]. O incidente de janeiro de 2026 envolveu o vazamento de 18.440 litros de fluido de perfuração tóxico, resultou em uma multa de R$ 2,5 milhões (US$ 495 mil) do Ibama — uma das mais de 1.700 multas ambientais aplicadas à Petrobras desde 2020[75] — e levou a ANP a ordenar uma paralisação temporária. Os prazos de perfuração foram dobrados, passando de 5 para 10 meses[76].

A ANP atribuiu as falhas a uma combinação de dois vazamentos em tubos de perfuração da plataforma, correntes oceânicas e o deslocamento lateral da plataforma em relação ao poço que estava perfurando a uma profundidade de aproximadamente 2.900 metros[77]. O Ibama relatou ainda danos à vida marinha local, com impactos no ecossistema marinho previstos até a completa degradação dos produtos químicos vazados[78].

Uma ação coletiva que pedia a suspensão da licença ambiental do Bloco 59 incorporou o vazamento, destacando a falta de estudos atualizados da Petrobras sobre a complexa dinâmica oceânica da região[79]. Independentemente do resultado do caso, esses incidentes estão em consonância com o histórico de licenciamento. Em 2018, o Ibama negou licenças ambientais na Foz do Amazonas devido a questões logísticas de resposta a emergências, e sua revisão de 2023 do Bloco 59 constatou que os tempos de mobilização de equipamentos e pessoal eram muito longos para uma resposta adequada a derramamentos[80].

Para os investidores da Petrobras, a conclusão deve ser óbvia. Ainda não existem dados e informações suficientes sobre como conduzir adequadamente, ou mesmo de forma possível, operações na região. **As condições adversas e o ambiente desafiador da Foz do Amazonas devem gerar custos operacionais e de remediação recorrentes, com uma probabilidade muito alta de surgimento de riscos catastróficos.** Isso se traduzirá em impacto de longo prazo à medida que os cenários climáticos se materializarem[81].

É evidente que as análises de crédito e ESG estão atualmente subestimando ou não avaliando completamente esses riscos.

EM DESTAQUE: TRANSIÇÃO, CAPITAL IRRECUPERÁVEL E RISCOS POLÍTICOS

Principais resultados

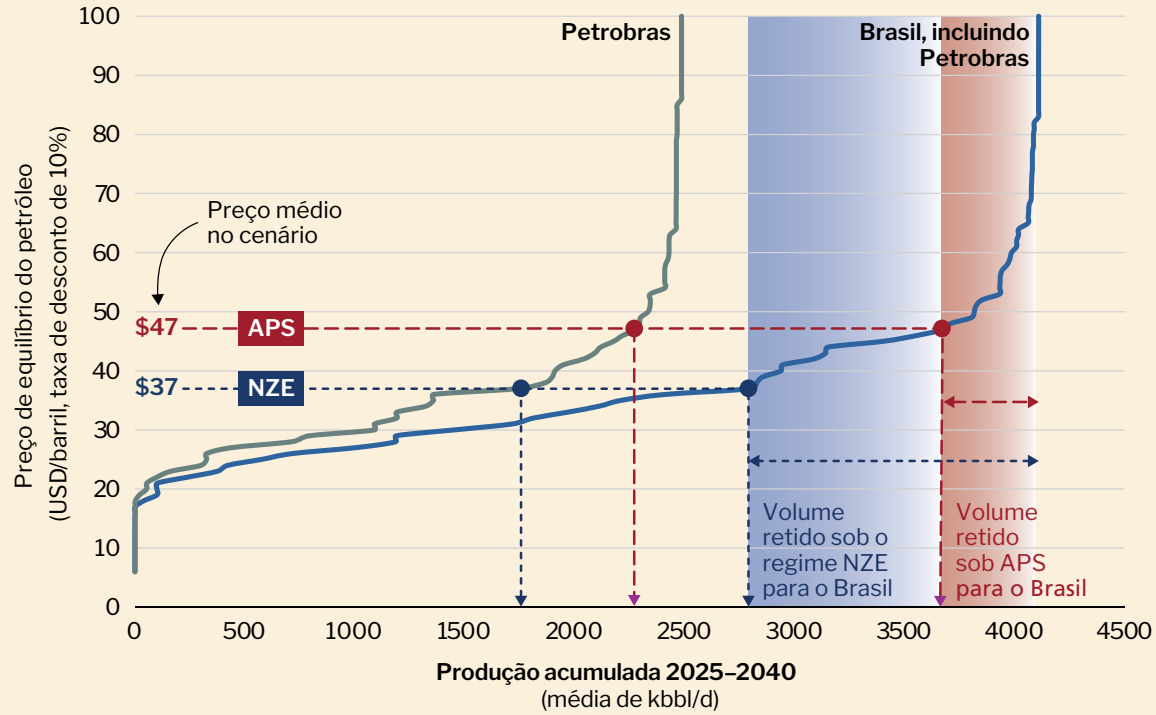
- **O risco de capital irrecuperável na Petrobras torna-se crítico à medida que a transição energética avança.** Estima-se que entre 31% e 86% dos US$ 42 bilhões que a empresa planeja investir em sua estratégia de expansão de petróleo até 2040 se tornem capital irrecuperável.
- **O Bloco 59 ilustra a possível exposição ao desperdício de capital devido a custos irrecuperáveis.**
- A produção só deverá começar por volta de 2035, quando os cenários de transição da AIE projetam que os preços do petróleo cairão para US$ 33 a US$ 25 por barril.
- **A exploração de petróleo em áreas de fronteira é um risco de portfólio, não um risco de projeto específico**, com a estratégia da Petrobras concentrando 72% (US$ 78 bilhões) das despesas de capital projetadas em atividades de exploração e produção[82].
- **A exposição também passará do risco em nível de projeto para risco político.** As perdas de capital se acumularão silenciosamente e serão assimétricas para os credores, uma vez que o serviço da dívida dependerá menos da rentabilidade dos ativos e mais da disposição do governo brasileiro em manter as operações viáveis.
- O risco político está documentado, não é hipotético. As intervenções do governo na Petrobras já custaram bilhões aos investidores.

Com a AIE projetando o pico da demanda global de petróleo em 2030[83], surgem riscos críticos de transição para a Petrobras, que se transmitem ao seu balanço patrimonial e, por extensão, aos seus financiadores. A acumulação estratégica de despesas de capital (Capex) em projetos de fronteira pela empresa introduz um desperdício potencial de capital e ativos encalhados, expondo os investidores e, em particular, os credores a uma desvantagem estrutural, uma vez que a dívida de longo prazo persiste mesmo após a queda da demanda.

De acordo com a análise do IISD (Figura 5), estima-se que 26% da produção dos novos campos de petróleo em desenvolvimento da Petrobras se tornaria antieconômica nos cenários climáticos atuais, chegando a 85% com uma transição energética acelerada[84]. Em termos de capital, dos US$ 42 bilhões que a empresa planeja investir em novos campos de petróleo e gás até 2040, 31% de US$ 42 bilhões corresponde a US$ 13 bilhões ficariam irrecuperáveis no Cenário de Compromissos Anunciados (APS) da AIE e 86% de US$ 42 bilhões equivale a US$ 36,12 bilhões no cenário de NZE. Esses números indicam a notável concentração de risco na Petrobras — com exposição de capital de 22% e 56%, respectivamente, para o Brasil como um todo[85].

Na prática, para os investidores e credores da empresa, qualquer nova fronteira de petróleo não representa um risco de projeto isolado, mas um risco de portfólio. Isso reforça a necessidade de designar a Amazônia como uma zona de exclusão de combustíveis fósseis (ZLCF) e priorizar uma estratégia de maximização de receita para os campos existentes (“modo colheita”).

Figura 5



Curva de custos da produção de petróleo do Brasil e da Petrobras, mostrando o preço de equilíbrio para os cenários AIE APS e AIE. Fonte: WWF-Brasil e IISD.[86]

Dois fatores agravam esse quadro:

- **Prazos de entrega.** Uma parcela significativa dos novos projetos levará mais de 10 anos para atingir a operação comercial, entrando em produção após o pico projetado da demanda de petróleo e reduzindo a probabilidade de retorno do capital investido.
- **Posição competitiva.** Em um mercado em retração, produtores de grande escala e baixo custo, como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Catar, que também operam com menor intensidade de emissões na produção, estão em posição de ganhar participação no mercado global em detrimento de produtores de custo mais elevado[87].

Em médio e longo prazo, a Petrobras competirá pela demanda de petróleo, que está em declínio, contra rivais estruturalmente mais competitivos tanto em termos de custos quanto de emissões.



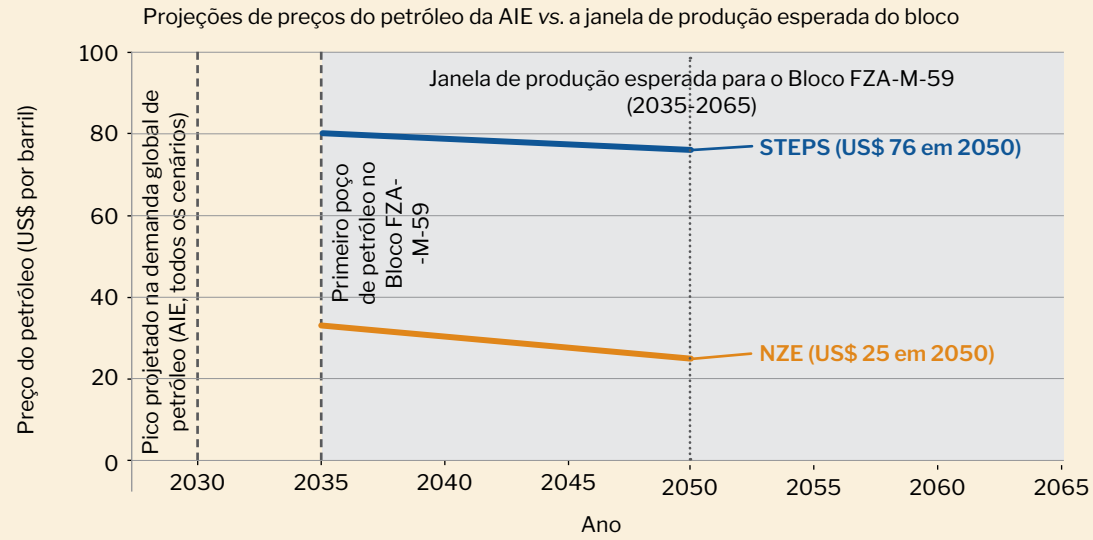
Rio Jamari, na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (RO).

Marizilda Cruppe/WWF-UK

O Bloco 59 da Petrobras, na Foz do Amazonas, ilustra como essas dinâmicas convergem na prática (Figura 6). Com a produção prevista para começar apenas por volta de 2035[88], o projeto precisaria ser competitivo em um mercado de preços em queda. As projeções da AIE indicam preços do petróleo variando de US$ 80 por barril sob o Cenário de Políticas Declaradas (Steps) a US$ 33 sob NZE, com uma trajetória decrescente até 2050, quando os preços poderão chegar a apenas US$ 25 por barril[89].

Mesmo considerando uma trajetória intermediária para a demanda global, a viabilidade do Bloco 59 estaria em risco antes mesmo da produção do primeiro barril.

Figure 6



Projeções do preço do petróleo da AIE nos cenários de Políticas Declaradas (Steps) e Emissões Líquidas Zero (NZE) comparadas com a janela de produção esperada do Bloco FZA-M-59 (2035-2065). Fonte: WWF-Brasil, com base no World Energy Outlook 2025 da AIE e na Rystad Energy.

Além disso, à medida que os cenários de pico da demanda de petróleo se materializam e a transição energética pressiona os preços para baixo, é provável que uma parcela crescente dos projetos de expansão de petróleo fique abaixo do limiar de equilíbrio das despesas de capital, embora permaneça acima dos custos operacionais (Opex). Em outras palavras, ainda produzindo, mas já encalhada. **Nesses casos, embora a extração de petróleo continue enquanto os preços de mercado cobrirem os custos operacionais, as perdas de capital aumentam silenciosamente e a recuperação das despesas de capital é perdida — os projetos falham, mas não de forma visível[90]**.



Aldeia Waro Apompu, do povo Munduruku (PA)

João Albuquerque / WWF-Brazil

Nesse ponto, o risco político agrava a exposição dos investidores e a desvantagem estrutural dos credores. Em uma operadora estatal como a Petrobras, isso é mais provável de acontecer, e não menos, visto que as intervenções do governo podem divergir dos interesses de outros provedores de capital. O serviço da dívida torna-se menos dependente da economia do ativo do que do acionista controlador e da força de seu objetivo político de manter a viabilidade das operações por meio de alívio tributário, crédito de concessão ou subsídio cruzado de ativos mais lucrativos[91].

O histórico da Petrobras ilustra bem esse ponto. Entre 2011 e 2014, a política de contenção de preços dos combustíveis do governo brasileiro gerou uma receita estimada em R$ 98 bilhões (US$ 17,8 bilhões) perdida[92], com estimativas de mercado de até US$ 40 bilhões em lucros não realizados durante o período[93]. Posteriormente, em fevereiro de 2021, a destituição do diretor-presidente da Petrobras pelo governo devido a divergências sobre a política de preços fez com que as ações da empresa caíssem 21% em uma única sessão, eliminando cerca de R$ 70 bilhões (US$ 12,7 bilhões) em valor comercial, com a venda de títulos também em queda[94, 95].

Para os financiadores da Petrobras — credores e investidores —, as fronteiras de alto risco, como a expansão da produção de petróleo na foz do Amazonas e a complexa transição da Margem Equatorial brasileira, a exposição de capital, os ativos encalhados e os riscos políticos, representam desafios.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

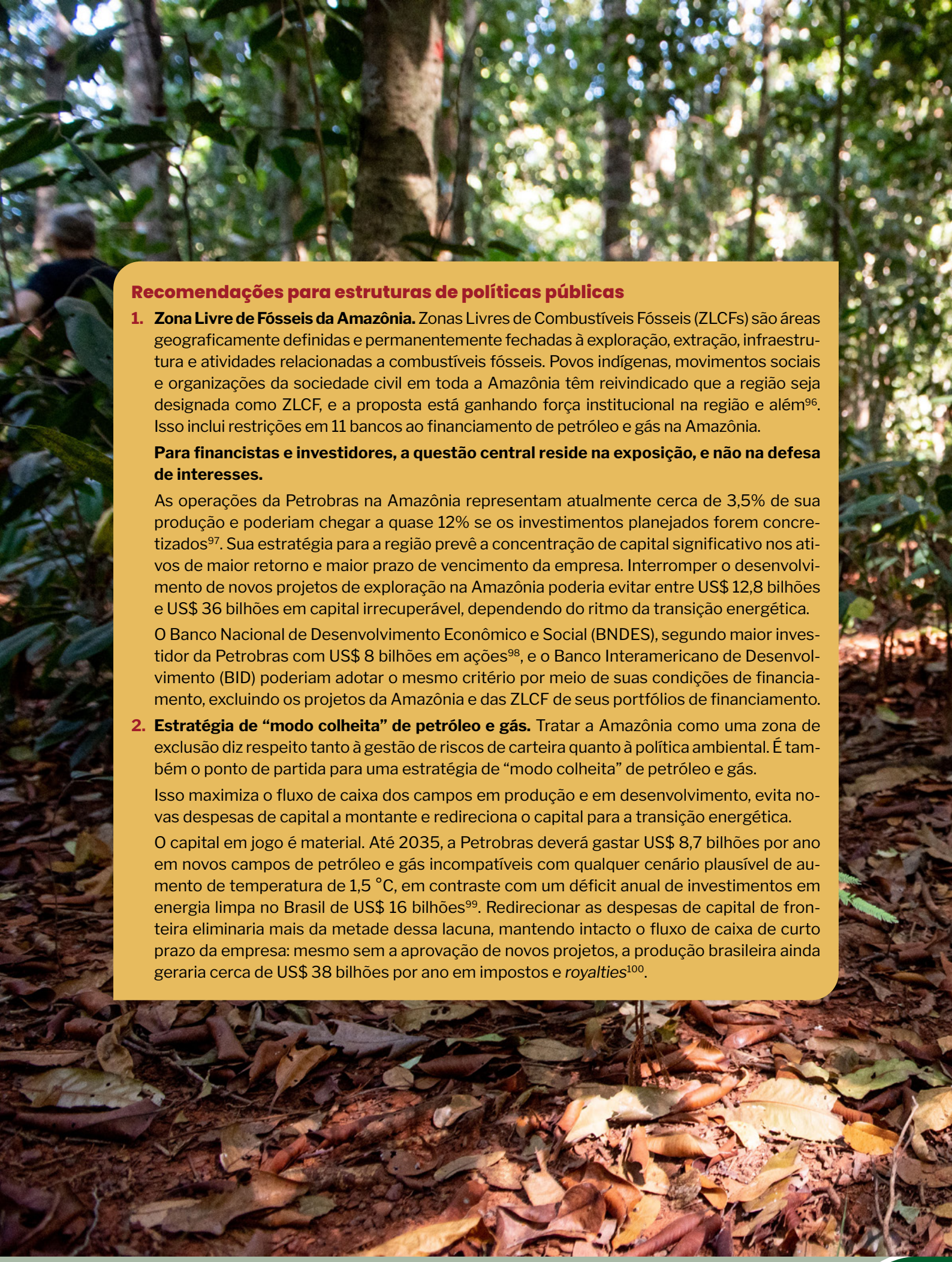
Recomendações para bancos

- **Pare de incentivar a expansão dos combustíveis fósseis.** Suspenda imediatamente a prestação de serviços de empréstimo, subscrição e consultoria à Petrobras e outras empresas de petróleo e gás, a menos que se comprometam a desistir dos planos de expansão na Amazônia, conforme definido por Raisc, e na bacia da Foz do Amazonas.
- **Redirecione o financiamento.** Estabeleça metas para melhorar os índices de financiamento do fornecimento de energia e direcione o financiamento para soluções climáticas comprovadas e confiáveis que respeitem os direitos das comunidades indígenas e tradicionais, e que reparem e remedeiem os danos. Isso inclui programas de reflorestamento, sistemas de energia renovável com apoio local e projetos que promovem a resiliência climática, a mitigação e a redução de emissões.
- **Reforce as políticas de direitos humanos e dos povos indígenas.** Reconheça explicitamente o direito dos povos indígenas à autodeterminação e à recusa de consentimento para projetos que os impactem, abordando as deficiências nas políticas existentes de direitos humanos e indígenas. Isso inclui exigir comprovação do cumprimento do direito ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI), conforme estabelecido na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Undrip).

Recomendações para investidores

Recomenda-se que administradores de ativos e investidores institucionais adotem medidas restritivas ao longo do tempo para induzir as empresas de combustíveis fósseis a interromperem seus planos de expansão de petróleo e gás.

- **Comprometa-se com as restrições de investimento.** Interrompa imediatamente novos investimentos em empresas que expandem atividades de petróleo e gás na Amazônia, incluindo a Foz do Amazonas, priorizando o fim de novos investimentos em títulos da dívida pública.
- **Reduza gradualmente os investimentos existentes.** Encerre progressivamente os investimentos em empresas que ainda atuam na expansão do petróleo e gás na Amazônia e na bacia da Foz do Amazonas.
- **Vote sistematicamente.** Comprometa-se imediatamente a votar sistematicamente contra as resoluções propostas pela administração nas Assembleias Gerais Ordinárias das empresas envolvidas na expansão de petróleo e gás na Amazônia. Priorize a votação contra a reeleição de diretores, a remuneração da alta administração e dos membros do conselho, a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, a recondução de auditores, o pagamento de dividendos e a recompra de ações.
- **Estabeleça metas para a transição energética.** Apoie a transição energética no mundo real, definindo publicamente metas de investimento que aumentem o financiamento para energias renováveis e empresas alinhadas com as metas climáticas acordadas internacionalmente, e diminuam os investimentos em empresas de combustíveis fósseis em geral.



Recomendações para estruturas de políticas públicas

1. **Zona Livre de Fósseis da Amazônia.** Zonas Livres de Combustíveis Fósseis (ZLCFs) são áreas geograficamente definidas e permanentemente fechadas à exploração, extração, infraestrutura e atividades relacionadas a combustíveis fósseis. Povos indígenas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em toda a Amazônia têm reivindicado que a região seja designada como ZLCF, e a proposta está ganhando força institucional na região e além[96]. Isso inclui restrições em 11 bancos ao financiamento de petróleo e gás na Amazônia.

   Para financistas e investidores, a questão central reside na exposição, e não na defesa de interesses.

   As operações da Petrobras na Amazônia representam atualmente cerca de 3,5% de sua produção e poderiam chegar a quase 12% se os investimentos planejados forem concretizados[97]. Sua estratégia para a região prevê a concentração de capital significativo nos ativos de maior retorno e maior prazo de vencimento da empresa. Interromper o desenvolvimento de novos projetos de exploração na Amazônia poderia evitar entre US$ 12,8 bilhões e US$ 36 bilhões em capital irrecuperável, dependendo do ritmo da transição energética.

   O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo maior investidor da Petrobras com US$ 8 bilhões em ações[98], e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderiam adotar o mesmo critério por meio de suas condições de financiamento, excluindo os projetos da Amazônia e das ZLCF de seus portfólios de financiamento.

2. **Estratégia de "modo colheita" de petróleo e gás.** Tratar a Amazônia como uma zona de exclusão diz respeito tanto à gestão de riscos de carteira quanto à política ambiental. É também o ponto de partida para uma estratégia de "modo colheita" de petróleo e gás.

   Isso maximiza o fluxo de caixa dos campos em produção e em desenvolvimento, evita novas despesas de capital a montante e redireciona o capital para a transição energética.

   O capital em jogo é material. Até 2035, a Petrobras deverá gastar US$ 8,7 bilhões por ano em novos campos de petróleo e gás incompatíveis com qualquer cenário plausível de aumento de temperatura de 1,5 °C, em contraste com um déficit anual de investimentos em energia limpa no Brasil de US$ 16 bilhões[99]. Redirecionar as despesas de capital de fronteira eliminaria mais da metade dessa lacuna, mantendo intacto o fluxo de caixa de curto prazo da empresa: mesmo sem a aprovação de novos projetos, a produção brasileira ainda geraria cerca de US$ 38 bilhões por ano em impostos e *royalties*[100].

Apêndice

A matriz de processos judiciais abaixo é uma seleção não exaustiva de processos que ilustram a resistência jurídica e política contínua ao desenvolvimento de petróleo e gás na região da Amazônia.

Destaques

No que diz respeito às rodadas de licenciamento, vários processos judiciais merecem destaque. A Arayara entrou com ações judiciais contestando o leilão de blocos de exploração de petróleo, alegando que certos blocos se sobrepõem a Áreas Protegidas (Unidades de Conservação). Além disso, as ações movidas pela Arayara, Apib e a Terra Indígena Rio dos Pardos (Aldeia Kupli) argumentam que certos blocos se sobrepõem a restrições de terras indígenas e que os povos indígenas afetados não foram adequadamente consultados por meio de um processo de consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

Diversos casos emblemáticos na Amazônia ilustram diferentes formas de resistência legal e política. No Equador, a mobilização indígena culminou em um referendo nacional histórico que resultou na decisão de interromper a produção de petróleo no Parque Nacional Yasuní. O caso constitui um precedente para a interrupção da produção de petróleo por meio de consulta popular direta, diferenciando-se dos casos documentados, predominantemente judiciais. Apesar do referendo de 2023, o governo não conseguiu implementar integralmente a decisão: a extração de petróleo continua e o povo Waorani exige o fechamento imediato e permanente do bloco[101].

No Peru, décadas de resistência dos povos Achuar, Wampis e Chapra impediram que sucessivas empresas desenvolvessem o Bloco 64 e, em última análise, contribuíram para uma queixa internacional de direitos humanos relativa à falta de CLPI. Num caso crucial para os direitos humanos e ambientais da Colômbia, o povo indígena Inga contestou com sucesso, por meio dos tribunais, as operações de petróleo no Bloco PUT-1, argumentando que o projeto violava tanto seus direitos territoriais quanto seu direito à consulta prévia.

Em todos os países da Amazônia, com exceção do Suriname, da Guiana Francesa e da Venezuela, podem ser encontrados processos judiciais relacionados a atividades de petróleo e gás. Essas aparentes lacunas geográficas não são evidência de ausência de conflito, mas refletem os contextos jurídicos, políticos e institucionais de cada país, bem como as diferenças na medida que os conflitos se traduziram em processos legais documentados.

No Suriname, por exemplo, o desenvolvimento de petróleo permanece predominantemente em alto-mar e, até o momento, não afetou diretamente os territórios indígenas ou quilombolas titulados. No entanto, casos relacionados à exploração madeireira e à mineração estabeleceram princípios jurídicos importantes em relação ao CLPI. Enquanto isso, na Venezuela, a falta de litígios documentados é mais plausivelmente explicada pela fragilidade da independência judicial e pelas restrições institucionais do país.

Processos - Bloco 59				
País	Número do processo	Tribunal	Autor	Assunto
Brasil	Ação Coletiva 1056477-24.2025.4.01.3900	1ª Vara Federal do Amapá (protocolo original em 9ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Justiça Federal do Pará)	Observatório do Clima Greenpeace Brasil WWF--Brasil Arayara Confrem Coiab Conaq-AP Apib	Anular a Licença de Operação (LO) nº 1.684/2025, emitida no âmbito do Processo Administrativo IBAMA nº 02022.000336/2014-531, referente à atividade de perfuração de poços de petróleo *offshore* no Bloco FZA-M-59; Ordenar ao Ibama que se abstenha de emitir licenças ambientais para projetos de petróleo e gás na Bacia Sedimentar da Foz do Rio Amazonas e em outras bacias dentro da Margem Equatorial do Brasil, a menos que e até que seja realizada uma avaliação abrangente de viabilidade ambiental.
Brasil	Ação Coletiva 1009136-74.2025.4.01.3100	1ª Vara Federal do Amapá	Ministério Público Federal (MPF)	Anular a Decisão nº 33/2025/Gabin, que estabeleceu a possibilidade de concessão da licença ambiental prévia; Impedir a emissão da Licença de Operação para perfuração de poços *offshore*, a menos que: (a) os requisitos técnicos estabelecidos pela autoridade licenciadora nos Termos de Referência nº 23/2014 e toda a legislação ambiental aplicável sejam integralmente cumpridos; e (b) os estudos relativos às comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas localizadas na área de influência do projeto foram concluídos, incluindo a consulta livre, prévia e informada exigida a essas comunidades.
Processos Pan-Amazônia				
País	Número do processo	Tribunal	Autor	Assunto
Brasil	Ação Coletiva 1048785-08.2023.4.01.3200	7ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Justiça Federal do Amazonas	Arayara	Impugnar o leilão de blocos de exploração de petróleo realizado no âmbito da 4ª Rodada de Ofertas Permanentes, em particular com base no fato de certos blocos se sobreporem a Áreas Protegidas (Unidades de Conservação).
Brasil	Ação Coletiva 1049493-58.2023.4.01.3200	3ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Amazonas	Arayara Apib Terra Indígena Rio dos Pardos/ Aldeia Kupli	Contestar o leilão de blocos de exploração de petróleo realizado no âmbito da 4ª Rodada de Ofertas Permanentes, em particular devido à sobreposição com áreas sujeitas a restrições territoriais indígenas e à ausência de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas afetados.
Equador	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal de Garantías Penales de Pastaza (1ª instância); Sala Multicompetente, Tribunal Provincial de Pastaza (recurso)	CONCONA WEP / Nemonte Nenquimo, em nome de 16 comunidades Waorani de Pastaza	Declarar que o processo de consulta prévia de 2012 para o Bloco de Petróleo 22 violou o direito à consulta livre, prévia e informada e à autodeterminação, e impedir qualquer leilão do bloco sem uma consulta válida. amazonfrontlines.org; es.mongabay.com; ecojurisprudência.org

Processos Pan-Amazônia				
País	Número do processo	Tribunal	Autor	Assunto
Equador	Sentencia nº 273-19-JP/22 (Sentença do Tribunal Constitucional em revisão)	Unidad Judicial Multicompetente de Gonzalo Pizarro/ Corte Provincial de Sucumbios (1ª/2ª instância); Tribunal Constitucional do Equador (revisão)	Comunidade Sinangoe e Ouvidoria (Defensoria del Pueblo)	Suspender e revogar 52 concessões de mineração de ouro (20 já concedidas e 32 pendentes) outorgadas sem consulta livre, prévia e informada, e estabelecer padrões vinculativos de CLPI para futuras concessões de atividades extrativas em territórios indígenas. es.mongabay.com; litigioclimatico.com; actionolocalica.org
Equador	Caso de longa duração envolvendo múltiplos processos.	Tribunais e arbitragem equatorianos, estadunidenses e internacionais | Tribunal Provincial de Sucumbios (Equador, sentença de 2011, confirmado em 2013); Tribunais dos EUA; Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA), Processo nº 2009-23 | União dos Povos Afetados pelas Operações Petrolíferas da Texaco (Udapt) e comunidades indígenas e de colonos afetadas	União das Pessoas Afetadas pelas Operações Petrolíferas da Texaco (Udapt) e comunidades indígenas e de colonos afetadas	Responsabilizar a Chevron/Texaco pela contaminação ambiental associada às operações petrolíferas na Amazônia equatoriana entre 1964 e 1992 e garantir a reparação dos danos para as comunidades afetadas. O caso gerou processos paralelos e interligados em múltiplas jurisdições. Na arbitragem de investimento administrada pela PCA (Chevron III), o tribunal considerou o Equador internacionalmente responsável em 2018 por violações do Tratado Bilateral de Investimento EUA-Equador. Em 17 de novembro de 2025, o tribunal emitiu uma sentença de indenização exigindo que o Equador pagasse US$ 215,1 milhões em 5 de fevereiro de 2026. O PCA lista atualmente a arbitragem como pendente. litigioclimatico.com/es/ficha/ecuador-vs-chevron-texaco-por-contaminacion-petrolera-en-la-amazonia-ecuatoriana-n274 https://www.pge.gob.ec/index.php/component/content/featured?Itemid=101&id=1&start=90
Equador	Causa nº 21201-2020-001 70 (mesmo processo subjacente da linha abaixo; esta entrada reflete a caracterização geral do caso, não se tratando de um processo separado)	Unidad Judicial Civil de Lago Agrio; Sala Multicompetente, Tribunal Provincial de Justiça de Sucumbios	Diversas comunidades amazônicas afetadas pela queima de gás (“mecheros”)	Ordenar ao estado que elimine os dispositivos de queima de gás (“*mecheros*”) perto de comunidades populosas da Amazônia, por considerarem que esses dispositivos violam o direito à saúde e a um meio ambiente saudável. litigioclimatico.com; climatecasechart.com

Processos Pan-Amazônia				
País	Número do processo	Tribunal	Autor	Assunto
Equador	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Provincial de Justiça (Orellana)	Nação Waorani e ONGs de apoio (comunidade Miwaguno)	Interromper a queima e a liberação de gás no Bloco 14, uma violação contínua dos direitos da natureza e dos direitos humanos dos povos indígenas, com impactos climáticos e na saúde. litigioclimatico.com/es/ficha/nacion-waorani-y-ongs-vs-petrooriental-sa-por-quema-de-gas-y-violacion-los-derechos-de-la
Equador	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Provincial de Justiça (Orellana)	FIDH, Acción Ecológica, UDAPT e comunidade indígena Miwaguno	Interromper a queima e a liberação de gás no Bloco 14 com base nos princípios de prevenção, precaução e responsabilidade comum, porém diferenciada. litigioclimatico.com/es/ficha/organizaciones-y-comunidad-indigena-vs-petrolera-por-quema-y-venteo-de-gas-en-campos
Equador	Causa nº 21201-2020-00170 (fase de ação de proteção extraordinária, perante o Tribunal Constitucional)	Tribunal Constitucional do Equador (ação de proteção extraordinária contra a sentença de 29 de julho de 2021 do Tribunal Provincial de Sucumbios)	Nove meninas de Lago Agrio e Shushufindi (Kerly Valentina Herrera Carrión e outras)	Contestar a ordem judicial de Sucumbios que permite a queima contínua de gás perto de áreas povoadas até 2030 na maioria dos casos, por considerá-la uma medida insuficiente e inadequada para a violação do direito das crianças à saúde e a um ambiente saudável. litigioclimatico.com; climatecasechart.com/document/herrera-carrion-et-al-v-ministry-of-the-environment-et-al-caso-mecheros_4935
Equador	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Constitucional do Equador	Conaie, Confeniae e A'i Cofán da Comunidade Sinangoe	Declarar inconstitucional o decreto presidencial que expande a fronteira petrolífera, por violar o direito à consulta livre, prévia e informada, nos termos da Convenção 169 da OIT. litigioclimatico.com/es/ficha/organizaciones-indigenas-vs-estado-por-la-expansion-de-la-frontera-petrolera-en-ecuador-n98
Peru	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Poder Judiciário, 2ª instância	Comunidade Kukama (Loreto)	Obter indenização por danos ambientais decorrentes de um vazamento de aproximadamente 7 mil barris no Oleoduto Norte do Peru, indenização por 40 anos de servidão não paga e uma ordem para atualizar o Programa de Ajuste e Gestão Ambiental (Pama) da Petroperu. litigioclimatico.com
Peru	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Constitucional	Fedepcum (Federação dos Povos Indígenas Cocama de Maranón)	Exigir que a Petroperu faça a manutenção de todo o Oleoduto do Norte do Peru, e não apenas dos trechos diretamente afetados por vazamentos anteriores. litigioclimatico.com

Processos Pan-Amazônia				
País	Número do processo	Tribunal	Autor	Assunto
Peru	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Oefa (autoridade ambiental) / Judiciário	Oefa (agência de fiscalização ambiental do Peru)	Responsabilizar a Pluspetrol Norte por passivos ambientais históricos no Bloco 192 (antigamente 1AB), em meio à tentativa da empresa de se esquivar da responsabilidade por mais de 1.199 locais contaminados por meio da liquidação corporativa. litigioclimatico.com
Colômbia	Sentença T-704 de 2016 (Tribunal Constitucional da Colômbia); veja também SU-698/2017 e T-614/2019	Tribunal Constitucional da Colômbia	Comunidades Wayuu (Media Luna Dos, La Horqueta, La Gran Parada, Paradero, Reserva Provincial Wayuu)	Suspender a licença ambiental para o projeto de expansão "Puerto Bolívar" e ordenar consulta prévia, com base em direitos territoriais e hídricos (um caso de carvão, não de petróleo, mas decidido sob a mesma jurisprudência sobre direitos indígenas versus extrativismo). cric-colombia.org; corteconstitucional.gov.co (Sentencia T-704-16)
Peru	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Resistência socioterritorial contínua + ação legal por meio do Instituto Internacional de Direito e Sociedade (Peru)	Federação Achuar (Fenap), Nação Wampis (GTANW) e Nação Chapra (GTANCH)	Para impedir o desenvolvimento do Bloco 64 sem consulta livre, prévia e informada, reafirmando a autodeterminação territorial; aproximadamente 55 milhões de barris teriam sido armazenados no subsolo como resultado disso — um número que não verifiquei de forma independente e recomendo confirmar com uma fonte primária. amazonwatch.org (várias notícias de 2020 a 2025)
Peru	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Via judicial (Peru)	Nação Wampis (GTANW)	Cancelar o contrato de petróleo do Bloco 116 por sobreposição com o território ancestral dos Wampis sem consulta prévia. amazonwatch.org/es/news/2020/0717-indigenous-resistance-expels-oil-company-geopark-from-peruvian-amazon
Guiana	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Federal (Guiana)	Dr. Troy Thomas (representado por Seenath Jairam SC e Melinda Janki)	Contestar a aprovação da EPA às atividades *offshore* da Esso Exploration (ExxonMobil) com base nos princípios de prevenção e precaução. litigioclimatico.com; climatecasechart.com/document/thomas-v-epa_519a; sciencedirect.com
Guiana	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Federal (Guiana) — Supremo Tribunal de Magistratura	Quadad de Freitas e outros	Contestar o processo de avaliação de impacto ambiental da EPA em relação à Global Oil Environmental Services Inc. (GOES) por motivos de avaliação inadequada e pelo princípio da precaução. litigioclimatico.com/es/ficha/ciudadana-vs-estado-de-guyana-epa-y-empresa-por-la-falta-evaluacion-de-impacto-ambiental-de

Processos Pan-Amazônia				
País	Número do processo	Tribunal	Autor	Assunto
Guiana	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Federal (Guiana)	Cidadãos guianenses	Contestar a exclusão, pela EPA, das emissões do Escopo 3 da avaliação do projeto Hammerhead da ExxonMobil, com base na equidade intergeracional e no princípio da precaução. litigioclimatico.com/es/ficha/ciudadanas-vs-la-agencia-de-proteccion-ambiental-de-guyana-por-excluir-emisiones-de-alcance-3
Guiana	Não foi identificado nenhum número de processo/ caso formal nas fontes consultadas	Tribunal Federal (Guiana)	Cidadãos guianenses	Questionar o Ministério dos Recursos Naturais em relação aos potenciais impactos climáticos da extração de petróleo (entende-se que se relaciona com o bloco de Stabroek, identificado nas fontes consultadas, embora tal seja inferido do contexto e não confirmado na fonte). litigioclimatico.com/es/ficha/ciudadanos-vs-empresa-por-impactos-climaticos-potenciales-de-la-extraccion-de-petroleo-en
Equador	Não aplicável - decidido por referendo nacional, não por litígio. Dictamen do Tribunal Constitucional: Nº 6-22-CP/23 (9 de maio de 2023) autorizou o referendo.	Tribunal Constitucional do Equador (autorizou o referendo); Corte Interamericana de Direitos Humanos (reforçando a decisão, 2025); Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (fiscalização do cumprimento das normas)	Coletivo Yasunidos, em nome da Nação Waorani e dos povos Tagaeri / Taromenane em isolamento voluntário	Realizar um referendo nacional vinculativo (realizado em 20 de agosto de 2023; obteve 58-59% de votos a favor) exigindo a retirada progressiva e ordenada de toda a atividade petrolífera do Bloco 43-ITT, dentro do Parque Nacional de Yasuni, no prazo de um ano. A decisão do referendo ainda não foi totalmente implementada pelo governo. amazonfrontlines.org; amazonwatch.org; news.mongabay.com; eluniverso.com
Peru	Exp. Nº 32365-2014-0-1801-JR-CI-04	Quarta Corte Constitucional de Lima; Tribunal Superior de Justiça de Lima	Nação Wampis *vs.* Perupetro/ concessionária	Ação de amparo contestando a exploração e explotação de hidrocarbonetos no Bloco 116 por falta de consulta prévia. O caso dizia respeito a violações dos direitos dos povos indígenas à consulta e consentimento prévios, ao território, à identidade cultural, à saúde e a um ambiente saudável. Os demandantes buscaram a anulação do contrato de licença e da aprovação ambiental, bem como a suspensão das atividades até que a devida consulta fosse realizada. https://pt.scribd.com/document/343584494/Lote-116-Sentencia-1ra-Instancia

Processos Pan-Amazônia				
País	Número do processo	Tribunal	Autor	Assunto
Colombia	52001-23-33-000-2015-00559-01 (AC)	Tribunal Administrativo de Narino; Consejo de Estado, Sección Quinta (recurso)	Asociación de Cabildos Indígenas del Municipio de Villagarzón y Puerto Caicedo (ACIMVIP), representando o Povo Inga	Contestar a autorização do projeto de exploração de petróleo da APE La Cabana devido à ausência de verificação adequada da presença do povo Inga e de consulta prévia. Os tribunais ordenaram a verificação da presença indígena e, caso fosse comprovado o impacto direto, a consulta prévia antes que o projeto pudesse prosseguir. https://www.consejodeestado.gov.co/documentos/biblioteca/ libros/2024/Jurisprudencia%20indi%CC%81gena%20color.pdf
Colômbia	Exp. T-4.926.682; Sentencia SU-123/18	Corte Constitucional da Colômbia	Comunidade Indígena Awá “La Cabana” (representada por Juvencio Nastacuas Pai) vs. Ministério do Interior, ANLA e Consorcio Colombia Energy	Ação constitucional relativa à exploração e aproveitamento de petróleo nos campos Quinde, Cohembí e Quillacinga, incluindo os campos Curiquinga e Pinuna, em Puerto Asís, Putumayo. O tribunal constatou violações do direito da comunidade à consulta prévia e a um ambiente saudável, enfatizando os deveres do estado e das empresas de identificar as comunidades indígenas e consultá-las quando os projetos puderem afetá-las diretamente. https://acmineria.com.co/acm/wp-content/uploads/normativas/su-2018-n0123t-4926682 comunicado de prensa de sala plena 20181115 copia 2.pdf
Equador	Processo nº 6-22-CP; Dictamen No. 6-22-CP/23; processo relacionado nº 348-20-EP/21 / 888-2019-TCE	Tribunal Constitucional do Equador; Tribunal de Controvérsias Eleitorais (TCE)	Coletivo Yasunidos	Processos constitucionais e eleitorais relativos à iniciativa da Yasunidos para um referendo nacional sobre se o petróleo bruto no Bloco 43-ITT, no Parque Nacional Yasuní, deve permanecer indefinidamente no subsolo. O Tribunal Constitucional acabou por autorizar o referendo, que foi realizado em 20 de agosto de 2023. A proposta recebeu 58,95% dos votos válidos a favor. Posteriormente, as autoridades equatorianas estabeleceram mecanismos para supervisionar a implementação do resultado do referendo. https://corteidh.or.cr/docs/casos/artículos/seriec_537_ing.pdf

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 O ponto de inflexão é um estágio já presente em algumas áreas da Amazônia. As indústrias extrativas exploram há muito tempo os recursos da floresta tropical, e a combinação do desmatamento e da degradação a longo prazo deixa a Amazônia em risco de savanização. Marlene Quintanilla et al., Amazonia against the Clock: Executive Summary a Regional Assessment on Where and How to Protect 80% by 2025 (2022), https://amazonia80x2025-2030.earth/wp-content/uploads/2022/09/VF-2-sept-Executive-Summary-2022-Regiona l-Report.pdf/.

2 Dados referentes ao período de 2022 a 2024, principalmente em alto-mar, ao longo da costa entre a Guiana e o Suriname. Flavia Milhorance et al., "Amazônia desponta como nova fronteira global do petróleo", InfoAmazonia, 1º de abril de 2025, https://infoamazonia.org/en/2025/04/01/the-amazon-rainforest-emerges-as-the-new-global-oil-frontier/.

3 Dados de novembro de 2024 do Instituto Internacional Arayara. Flavia Milhorance et al., "Amazônia desponta como nova fronteira global do petróleo", InfoAmazonia, 1º de abril de 2025, https://infoamazonia.org/2025/04/01/amazonia-desponta-como-nova-fronteira-global-do-petroleo/.

4 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é o órgão regulador das atividades das indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil. https://www.gov.br/anp/en/access-information/what-is-anp/what-is-anp/.

5 Paulo Nogueira, "Brazil's ANP Opens 86 New Oil Blocks in the Equatorial Margin, Expanding the Amazon River Mouth Frontier", CPG, 6 de julho de 2026, https://en.clickpetroleoegas.com.br/brazils-anp-opens-86-new-oil-blocks-in-the-equatorial-margin-expanding-the-amazon-river-mouth-frontier-phsn84/.

6 Marina Albeha, "Equatorial Margin: The next Brazilian Frontier," ANP, 27 de maio de 2026, https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes-palestras/2026/arquivos/2026-05-27-marina-abelha-equatorial-margin.pdf#page=37/

7 "Brazil: Petrobras awarded blocks in the Foz do Amazonas and Pelotas Basins", 17 de junho de 2025, energy-pedia news, https://www.energy-pedia.com/news/brazil/cquired-ten-blocks-in-the-foz-do-amazonas-basin-and-three-blocks-in-the-pelotas-basin--in-the-5th-permanent-concession-offer-cycle-of-the-nati-200206/.
Paulo Nogueira, "Brazil's ANP Opens 86 New Oil Blocks in the Equatorial Margin, Expanding the Amazon River Mouth Frontier", CPG, 6 de julho de 2026, https://en.clickpetroleoegas.com.br/brazils-anp-opens-86-new-oil-blocks-in-the-equatorial-margin-expanding-the-amazon-river-mouth-frontier-phsn84/.

8 Brazil Energy Insight, "Petrobras to take over BP block operation in Foz do Amazonas", 23 de dezembro de 2020, https://brazilenergyinsight.com/2020/12/23/petrobras-to-take-over-bp-block-operation-in-foz-do-amazonas/.

9 Antônio Marinho Piratapuia, "Amazônia Livre de Petróleo e Gás: Povos Indígenas Exigem Fim da Exploração", COIAB, 14 de abril de 2025, https://coiab.org.br/amazonia-livre-de-petroleo-e-gas-povos-indigenas-exigem-fim-da-exploracao/.
Comissão Pastoral da Terra (CPT), "Pescadores e pescadoras do Marajó protestam contra exploração de petróleo na Foz do Amazonas", 24 de setembro de 2025, https://cptnacional.org.br/2025/09/24/protesto-pescadores-foz-amazonas/.

10 Fábio Bispo, "Petroleiras criam 'cortina de fumaça' para viabilizar exploração na costa amazônica do Brasil", InfoAmazonia, 3 de abril de 2025, https://infoamazonia.org/2025/04/03/petroleiras-criam-cortina-de-fumaca-para-viabilizar-exploracao-na-costa-amazonica-do-brasil/.

11 O compromisso global de transição para longe dos combustíveis fósseis ganhou impulso pela primeira vez na COP26, foi fortalecido na COP28 e reforçado na COP30, onde os países apelaram ao desenvolvimento de roteiros de transição. Em 2026, a Primeira Conferência sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis reuniu representantes de 57 países — representando cerca de um terço da economia global — fortalecendo ainda mais o ímpeto internacional em direção a caminhos concretos para longe do petróleo, gás e carvão. https://transitionawayconference.com/

12 Governo da Colômbia, Meio Ambiente, "Colombia, the first country to declare the Amazon a zone free of large-scale mining and hydrocarbons", 13 de novembro de 2025, https://www.minambiente.gov.co/colombia-primer-pais-en-declarar-la-amazonia-como-zona-libre-de-gran-mineria-e-hidrocarburos/.
Declaração Política dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica e de todos os Biomas do Brasil para a COP30, Coiab, 2025, https://indianlaw.org/sites/default/files/public/ENG_POLITICAL%20DECLARATION%20OF%20THE%20INDIGENOUS%20PEOPLES_COP30%20_0.pdf

El Espectador, "They are calling for the Amazon to be declared a global fossil fuel exclusion zone", 18 de agosto de 2025, https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/piden-declarar-la-amazonia-como-zona-de-exclusion-mundial-de-combustibles-fosiles/.

13 Martyna Dominiak, Banks *vs*. the Amazon, Amazon Banks Database, Stand.earth, 2025, https://banksvstheamazon.org/amazon-banks-database/.

[14] Martyna Dominiak, Banks *vs.* the Amazon, Stand.earth, 2025, https://banksvstheamazon.org/.

[15] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia, seção "Uso dos Recursos 2016-2026", https://stnd.ly/petrobras-methodology

[16] Para efeitos deste relatório, a Amazônia é definida de acordo com o RAISG, incluindo a área terrestre da Foz do Amazonas. Aplicativo Web ArcGIS, acessado em 18 de setembro de 2026, https://www3.socioambiental.org/geo/RAISGMapaOnline/.

[17] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia, Tabela 1 para dados sobre estimativas de produção e emissões, https://stnd.ly/petrobras-methodology

[18] Upstream, "Petrobras targets $500 million gas production boost for Brazil's Amazon," 27 de maio de 2026, https://www.upstreamonline.com/production/petrobras-targets-500-million-gas-production-boost-for-brazil-s-amazon/2-1-1995538/.

Agência Petrobras, "Petrobras supera metas de produção de 2025", 16 de janeiro de 2026, https://agencia.petrobras.com.br/en/w/petrobras-supera-metas-de-produ%C3%A7%C3%A3o-de-2025

[19] Petrobras, "Margem Equatorial: Novas Fronteiras de Exploração", acessado em 18 de setembro de 2026, https://petrobras.com.br/en/quem-somos/novas-fronteiras/.

[20] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". ANEXO: Dados e Metodologia, Tabela 1 para dados sobre estimativas de produção e emissões, https://stnd.ly/petrobras-methodology

[21] ClimaInfo, "Petrobras ampliará produção de combustíveis fósseis em Urucu, na Amazônia", 27 de maio de 2026, https://climainfo.org.br/2026/05/27/petrobras-ampliara-producao-de-combustiveis-fosseis-em-urucu-na-amazonia/.

[22] Petrobras, Relatório de Sustentabilidade: Estratégia e desempenho em sustentabilidade, julho de 2025, https://sustentabilidade.petrobras.com.br/en/w/2022-estrategia-e-desempenho-em-sustentabilidade-1/.

[23] Lista Global de Saída do Setor de Petróleo e Gás, Não Convencionais no GOGEL, acessada em 18 de setembro de 2026, https://gogel.org/unconventionals101/.

[24] Kariny Leal, "Regulators want Petrobras to explain drilling leak", Valor International, 9 de janeiro de 2026, https://valorintemational.globo.com/business/news/2026/01/09/regulators-want-petrobras-to-explain-drilling-leak.ghtml.

[25] Nádia Pontes, "Vazamento provoca danos na fauna da Foz do Amazonas", Deutsche Welle, 13 de fevereiro de 2026, https://www.dw.com/pt-br/vazamento-da-petrobras-provoca-danos-na-fauna-da-foz-do-amazonas/a-75948671.

[26] Gabriela Ruddy "Perfuração na Foz do Amazonas deve levar o dobro do tempo previsto", eixos, 12 de junho de 2026, https://eixos.com.br/newsletters/comece-seu-dia/perfuracao-na-foz-do-amazonas-deve-levar-o-dobro-do-tempo-previsto/.

[27] G1 Economia, "Petrobras descobre pela 1ª vez sinais de petróleo ou gás natural na Foz do Amazonas", 14 de agosto de 2026, https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/08/14/petrobras-anuncia-descoberta-de-hidrocarbonetos-em-poco-exploratorio-na-foz-do-amazonas.ghtml.

[28] G1 Economia, "Ibama autoriza Petrobras a perfurar três novos poços na Foz do Amazonas", 4 de setembro de 2026, https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/09/04/ibama-petrobras-amazonas.ghtml.

[29] Marina Albeha, "Equatorial Margin: The next Brazilian Frontier", "Guyana as an Analog", ANP, 27 de maio de 2026, https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes-palestras/2026/arquivos/2026-05-27-marina-abelha-equatorial-margin.pdf#page=24/.

[30] Paulo Nogueira, "Brazil's ANP Opens 86 New Oil Blocks in the Equatorial Margin, Expanding the Amazon River Mouth Frontier", CPG, 6 de julho de 2026, https://en.clickpetroleoegas.com.br/brazils-anp-opens-86-new-oil-blocks-in-the-equatorial-margin-expanding-the-amazon-river-mouth-frontier-phsn84/#:~:text=a%20significant%20exporter/.

[31] ClimaInfo, "Insustentável - A realidade do petróleo na Amazônia", Vídeo, 26 de maio de 2026, **https://www.youtube.com/watch?v=tCRU_bP4mTw/.**

[32] André Borges, "Insustentáveis - Reportagem especial," UOL, 6 de dezembro de 2023, **https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/insustentaveis-petroleo-na-amazonia/#cover/.**

[33] A porcentagem é calculada com base em dados do LSEG Workspace [setembro de 2026]. As contas de financiamento de títulos representam 61% do montante total de empréstimo, enquanto os empréstimos sindicados e bilaterais correspondem a 38% e 1%, respectivamente. A falta de transparência dos acordos bilaterais, muitas vezes privados, significa que o valor total pode estar subestimado. Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". ANEXO: Dados e Metodologia para mais detalhes, https://stnd.ly/petrobras-methodology

[34] Petrobras, "Unaudited Condensed Consolidated Interim Financial Statements", 30 de junho de 2026, https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/2687b873-f2c5-79e9-9e20-44eb1859ab92?origin=2

[35] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia, seção: "Instituições que financiam a Petrobras de 2016 a 2026", https://stnd.ly/petrobras-methodology

[36] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia para detalhes sobre as premissas, fontes, dados e métodos, https://stnd.ly/petrobras-methodology

[37] Martyna Dominiak, Banks vs. the Amazon, Stand.earth, 2025, Página 8, https://stand.earth/wp-content/uploads/2025/10/AMAZON-SCORECARD-2025-English.pdf.

[38] Jasmin Jessen, "JPMorgan Chase Adds Enhanced Reviews to Amazon Rainforest", Sustainability Magazine, 15 de novembro de 2025, https://sustainabilitymag.com/news/jpmorgan-chase-adds-enhanced-reviews-to-amazon-rainforest/.

[39] Nações Unidas - Mudanças Climáticas, "COP Presidency Roadmaps", acessado em 18 de setembro de 2026, https://unfccc.int/cop30/cop30-presidency-roadmaps#TAFF-Roadmap/.
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, "Limiting Overshoot - Navigating exceedance of 1.5°C and pathways towards return", 2026, https://www.unep.org/resources/limiting-overshoot-navigating-exceedance/.

[40] TJ Jordan e Maria Clara Parente, "Drilling in the Mouth of the Amazon: How Brazil's Oil Giant Is Drowning Out Critics," DeSmog, 17 de junho de 2026, https://www.desmog.com/2026/06/17/drilling-in-the-mouth-of-the-amazon-how-brazils-oil-giant-is-drownin g-out-critics/.

[41] Louis Maxence-Delaporte e Henri Her, "Assessment of Petrobras' Climate Strategies", Reclaim Finance, 2024, https://reclaimfinance.org/site/wp-content/uploads/2024/04/202401_Assessment-of-Petrobras-climate-strategy.pdf.

[42] Jean-Paul Prates, "Today's windfall is a warning for state oil companies," Financial Times, 26 de maio de 2026, https://www.ft.com/content/0d0cf3ff-d02f-4981-812d-eef198b92b97?syn-25a6b1a6=1/.

[43] Agência Petrobras, "Petrobras aprova Plano de Negócios 2026-2030", Petrobras, 28 de novembro de 2025, https://agencia.petrobras.com.br/w/negocio/petrobras-aprova-plano-de-neg%C3%B3cios-2026-2030/.

[44] Com alguns sendo estruturados como uso secundário dos recursos, como refinanciamento ou redução de endividamento. Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia, seção "Uso dos Recursos em Negócios da Petrobras de 2016 a 2026", https://stnd.ly/petrobras-methodology

[45] As porcentagens de financiamento de projetos são calculadas a partir da análise das descrições de uso dos recursos dos negócios, com base na atualização do Banco de Dados de Bancos da Amazônia de 2025 do Stand.earth. O financiamento de 16% representa negócios com Financiamento de Projetos como única destinação dos recursos, enquanto 28% representa negócios com Financiamento de Projetos e Fins Corporativos Gerais como destinação dos recursos. Veja o Scorecard de Bancos vs. Amazônia, Anexo: Dados e Metodologia para detalhes sobre os dados, https://stand.earth/banks-methodology

[46] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia para detalhes sobre as premissas, fontes, dados e métodos, https://stnd.ly/petrobras-methodology

[47] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia, seção "Financiamento por Empréstimos vs. Títulos de 2016 a 2026" https://stnd.ly/petrobras-methodology

[48] Vide "Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia". Anexo: Dados e Metodologia, seção "Títulos em Circulação Emitidos de 2000 a 2026", https://stnd.ly/petrobras-methodology

[49] No âmbito do Cenário de Políticas Declaradas (Steps) da AIE. AIE, “World Energy Outlook 2025 - Stated Policies Scenario”, novembro de 2025, https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2025/stated-policies-scenario/.

[50] Paul Kiernan, “Brazil’s Petrobras Reports Nearly $17 Billion in Asset and Corruption Charges,” WSJ, 22 de abril de 2015, https://www.wsj.com/articles/brazils-petrobras-reports-nearly-17-billion-impairment-on-assets-corruption-1429744336/.

[51] Yahoo! Finance, “Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (PBR)” acessado em 11 de setembro de 2026, https://finance.yahoo.com/quote/PBR/holders/.

[52] Petrobras, “Composição Acionária”, acessado 24 de setembro de 2026, https://www.investidorpetrobras.com.br/en/overview/shareholding-structure/

[53] OCDE, Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável, Publicações da OCDE, 2023, https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/06/oecd-guidelines-for-multinational-enterprises-on-responsible-business-conduct_a0b49990/81f92357-en.pdf/
Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, Nações Unidas, 2011, https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf/.

[54] Manuel Santiago Sánchez González, “El presidente De La Espriella senaló el futuro de Ecopetrol y del ‘fracking’ en el país”, Semana, 7 de agosto de 2026, https://www.semana.com/economia/empresas/articulo/el-presidente-de-la-espriella-senalo-el-futuro-de-ecopetrol-y-del-fracking-en-el-pais/202620/

[55] Aimee Gabay, “Plans of Peru’s new administration spur concern among environmentalists”, Mongabay, 25 de agosto de 2026, https://news.mongabay.com/2026/08/plans-of-perus-new-administration-spur-concern-among-environmentalists/

[56] Redacción El Universo, “Gobierno proyecta aumentar la producción de petróleo a 500.000 barriles para mediados de 2027,” El Universo, 17 de setembro de 2026, https://www.eluniverso.com/noticias/politica/gobierno-proyecta-aumentar-la-produccion-de-petroleo-a-500 000-barriles-nota/

[57] Isabela Vieira, “Flávio Bolsonaro propõe enxugar Estado e endurecer ações de segurança” agênciaBrasil, 18 de setembro de 2026, https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-09/flavio-bolsonaro-propoe-enxugar-estado-e-endurecer-acoes-de-seguranca

[58] ClimaInfo, “Amazônia livre de petróleo e gás”, acessado em 18 de setembro de 2026, https://climainfo.org.br/em-foco/amazonia-livre-de-petroleo-e-gas/.

[59] Corte Interamericana de Direitos Humanos. 2025. Emergência Climática e Direitos Humanos. Parecer Consultivo OC-32/25, Série A, nº 32, 29 de maio de 2025. San José: Corte Interamericana de Direitos Humanos, acessado em 28 de setembro de 2026, https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_32_en.pdt/.

[60] MPPR, 2025; CEJIL, 2025, acessado em 28 de setembro de 2026, https://opinion-consultiva-clima.cejil.org/wp-content/uploads/2025/08/RESUMEN-OC-ENGLISH.pdf/.

[61] ClientEarth, “ClientEarth complaint concerning Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco) and the Kingdom of Saudi Arabia and JPMorgan Chase, Citi, HSBC, SMBC Group, Credit Agricole, Morgan Stanley BNP Paribas, Goldman Sachs, Mizuho, Societe General,” 25 de agosto de 2023,
https://www.clientearth.org/media/l44by31b/clientearth-complaint-concerning-saudi-arabian-oil-company.pdf

[62] Banks and Climate Litigation: Brazil Report, 28 de setembro de 2026, https://www.biicl.org/publications/banks-and-climate-litigation-brazil-report

[63] Caio Junqueira, “ANP tem registros de 95 poços perfurados na história da Bacia da Foz do Amazonas”, CNN Brasil, 20 de dezembro de 2023,
https://www.cnnbrasil.com.br/economia/seu-bolso/meu-dinheiro/anp-tem-registros-de-95-pocos-perfurados-na-historia-da-bacia-da-foz-do-amazonas/.

[64] Gabriela Ruddy, “Foz do Amazonas tem quase 100 poços de petróleo perfurados”, eixos, 19 de maio de 2023, https://eixos.com.br/petroleo-e-gas/foz-do-amazonas-tem-quase-100-pocos-de-petroleo-perfurados-veja-mapa/.

[65] A Corrente Norte do Brasil (CNB) é uma corrente oceânica quente e de fluxo rápido ao longo da costa atlântica em direção às Guianas e ao Caribe. A colisão com a foz do rio Amazonas cria diversas correntes turbulentas que podem espalhar um derramamento de petróleo em direção à costa do Amapá, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, e possivelmente à costa caribenha da Venezuela.

[66] Daniel Constantino Zacharias et al., "Trajetórias de Derramamento de Petróleo e Risco de Encalhe na Nova Fronteira Offshore do Brasil", Journal of Marine Science and Engineering, 14(1), 40, 2026, https://www.mdpi.com/2077-1312/14/1/40/. Andriely Medeiros de Araújo, "New studies indicate that a potential spill at the Amazon River mouth could affect protected areas and neighboring countries such as French Guiana, Suriname, and Guyana," CPG, 29 de julho de 2026, https://en.clickpetroleoegas.com.br/new-studies-indicate-that-a-potential-spill-at-the-amazon-river-mouth-could-affect-protected-areas-and-neighboring-countries-such-as-french-ama01/.

[67] Nádia Pontes, "Petrobras says oil spill at the mouth of the Amazon River could reach the coast," Deutsche Welle, 24 de julho de 2026, https://www.dw.com/pt-br/vazamento-da-petrobras-provoca-danos-na-fauna-da-foz-do-amazonas/a-75948671/.

[68] Wilkson Santos Silva et al., "Geografia aplicada ao mar: levantamento físico e subsídios ao planejamento espacial marinho e gestão costeira no Amapá," Confins, 71, 2026, http://journals.openedition.org/confins/70285/.

[69] Marina Kuzuyabu et al., "Oil exploration in the Amazon Basin: narratives of disinformation and climate obstruction, Global Environmental Change", Volume 98, 2026, https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378026000373/.

[70] Tomás NS Banha et al., "The Great Amazon Reef System: A fact," Frontiers in Marine Science, dezembro de 2022, https://www.frontiersin.org/journals/marine-science/articles/10.3389/fmars.2022.1088956/full/.
Marina Kuzuyabu et al., "Oil exploration in the Amazon Basin: narratives of disinformation and climate obstruction", Global Environmental Change, Volume 98, 2026, https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378026000373/.
Greenpeace Brasil, Amazônia em Águas Profundas, 2017, https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/reef/documentos/Amazonia%20em%20Aguas%20Profundas%20Greenpeace%20Brasil.pdf/.

[71] Marina Albeha, "Equatorial Margin: The next Brazilian Frontier", "Guyana as an Analog", ANP, 27 de maio de 2026, https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes-palestras/2026/arquivos/2026-05-27-marina-abelha-equatorial-margin.pdf#page=24/.

[72] Laura Paddison, "Welcome to the planet's newest oil frontier," CNN, 10 de novembro de 2025, https://edition.cnn.com/2025/11/10/climate/south-america-oil-gas-brazil-guyana-argentina-climate/.

[73] Ramona Ordonez and Bruno Rosa, "Correnteza arrastou e inclinou plataforma da Petrobras no Amapá", O Globo, 20 de setembro de 2012, https://oglobo.globo.com/economia/correnteza-arrastou-inclinou-plataforma-da-petrobras-no-amapa-6155 427/.

[74] Fabio Palmigiani, "Petrobras still investigating causes of Foz do Amazonas fluid leak", Upstream, 26 de janeiro de 2026, https://www.upstreamonline.com/environment/petrobras-still-investigating-causes-of-foz-do-amazonas-fluid-leak/2-1-1934169/.

[75] Nádia Pontes, "Oil spill causes damage to wildlife at the mouth of the Amazon River", Deutsche Welle, 13 de fevereiro de 2026, https://www.dw.com/pt-br/vazamento-da-petrobras-provoca-danos-na-fauna-da-foz-do-amazonas/a-75948671/.

[76] Kariny Leal e Fábio Couto, "Equatorial Margin issues offer lessons for future oil blocks, regulator says", Valor International, 7 de julho de 2026, https://valorinternational.globo.com/environment/news/2026/07/07/equatorial-margin-issues-offer-lessons-for-future-oil-blocks-regulator-says.ghtml/.

[77] Nicola Pamplona, "Correntes contribuíram para acidente em perfuração da Petrobras na Foz do Amazonas, diz ANP", Folha de S.Paulo, 6 de fevereiro de 2026, https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/02/correntes-contribuiram-para-acidente-em-perfuracao-da-petrobras-na-foz-do-amazonas-diz-anp.shtml/.

[78] Nádia Pontes, "Oil spill causes damage to wildlife at the mouth of the Amazon River", Deutsche Welle, 13 de fevereiro de 2026, https://www.dw.com/pt-br/vazamento-da-petrobras-provoca-danos-na-fauna-da-foz-do-amazonas/a-75948671/.

[79] Fábio Bispo, "Após vazamento, sonda da Petrobras na Foz do Amazonas passará por auditoria", InfoAmazonia, 28 de janeiro de 2026, https://infoamazonia.org/2026/01/28/apos-vazamento-sonda-da-petrobras-na-foz-do-amazonas-passara-por-auditoria/.

[80] Ibama, 2018 e 2023, conforme citado em ERM/WWF-Brasil, Exposição do Investidor aos Riscos Socioambientais da Margem Equatorial, Relatório Técnico, agosto de 2025

[81] ERM/WWF-Brasil, Exposição dos Investidores aos Riscos Socioambientais da Margem Equatorial, Relatório Técnico, agosto de 2025

[82] Agência Petrobras, "Petrobras aprova Plano de Negócios 2026-2030", Petrobras, 28 de novembro de 2025, https://agencia.petrobras.com.br/w/negocio/petrobras-aprova-plano-de-neg%C3%B3cios-2026-2030/.

[83] No âmbito do Cenário de Políticas Declaradas (STEPS) da AIE. AIE, "World Energy Outlook 2025 - Stated Policies Scenario", novembro de 2025, https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2025/stated-policies-scenario/.

[84] Com base nos dados da Rystad Energy e da AIE, tabela na Página vi. WWF-Brasil e IISD, "Brazil at a Crossroads: Rethinking Petrobras' oil and gas expansion, 2025, Página vi, https://www.iisd.org/system/files/2025-06/brazil-petrobras-oil-gas-expansion.pdf#page=6/.

[85] WWF-Brasil e IISD, "Brazil at a Crossroads: Rethinking Petrobras' oil and gas expansion", 2025, Página 11, https://www.iisd.org/system/files/2025-06/brazil-petrobras-oil-gas-expansion.pdf#page=20/.

[86] WWF-Brasil e IISD, "Brazil at a Crossroads: Rethinking Petrobras' oil and gas expansion", 2025, Página 9, https://www.iisd.org/system/files/2025-06/brazil-petrobras-oil-gas-expansion.pdf#page=18/.

[87] Com base nos dados da Rystad Energy de 2025 e do IMF de 2024.
WWF-Brasil e IISD, "Brazil at a Crossroads: Rethinking Petrobras' oil and gas expansion", 2025, https://www.iisd.org/system/files/2025-06/brazil-petrobras-oil-gas-expansion.pdf/
Carlos Adrian Correa-Florez et al., "Roadmaps for Equitable Transitions of National Oil Companies, Global Gas and Oil Network", maio de 2026, https://noc-roadmaps.shorthandstories.com/#group-section-Full-report-xnMqabhvVk/

[88] A descoberta de Morpho pela Petrobras melhora as probabilidades, mas a quantidade de barris ainda é incerta. Rystad Energy, "Article 742365", Rystad Energy Client Portal, acessado em 20 de agosto de 2026, https://portal.rystadenergy.com/article-detail/742365

[89] AIE, "World Energy Outlook 2025", novembro de 2025, página 109, https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2025/

[90] Uma vez gasto o capital de desenvolvimento, ele se torna um custo irrecuperável: vender cada barril a qualquer preço acima do custo operacional é melhor para o operador do que encerrar as atividades, pois pelo menos mitiga as perdas. A produção pode, portanto, continuar durante anos, enquanto as perdas sobre o capital investido se acumulam silenciosamente.
WWF-Brasil e IISD, "Brazil at a Crossroads: Rethinking Petrobras' oil and gas expansion, 2025, Página 8, https://www.iisd.org/system/files/2025-06/brazil-petrobras-oil-gas-expansion.pdf#page=17/.

[91] Esse incentivo é mais forte para as empresas de petróleo nacionais, cujas decisões de investimento também respondem aos objetivos fiscais, de segurança energética e políticos do governo brasileiro, acionista controlador da Petrobras.
Carlos Adrian Correa-Florez et al., "Roadmaps for Equitable Transitions of National Oil Companies, Global Gas and Oil Network", maio de 2026, https://noc-roadmaps.shorthandstories.com/#group-section-Full-report-xnMqaphvVk/.

[92] Edmar de Almeida et al., "Impactos da contenção dos preços de combustíveis no Brasil e opções de mecanismos de precificação", FGV Eaesp, vol. 35(3), páginas 531-556, julho de 2015, https://ideas.repec.org/a/ekm/repojs/v35y2015i3p531-556id238.html.

[93] Jeff Fick, "Brazil inches ahead with plan to tax crude oil exports, create fuel price fund", 7 de dezembro de 2021, S&P Global, https://www.spglobal.com/energy/en/news-research/latest-news/crude-oil/120721-brazil-inches-ahead-with-plan-to-tax-crude-oil-exports-create-fuel-price-fund/.

[94] Reuters/CNBC, "Petrobras shares slump as Brazil's Bolsonaro doubles down on intervention", 22 de fevereiro de 2021, https://www.cnbc.com/2021/02/22/petrobras-shares-slump-as-brazils-bolsonaro-doubles-down-on-intervention-.html/.

[95] Acionistas internacionais já transformaram esse tipo de dano em litígio: em 2018, a Petrobras pagou US$ 2,95 bilhões para encerrar a ação coletiva de valores mobiliários movida no Distrito Sul de Nova York, liderada pelo fundo de pensão britânico Universities Superannuation Scheme, o maior acordo já pago por uma emitente estrangeira em uma ação coletiva de valores mobiliários dos EUA.
Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, 3 de janeiro de 2018, https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1119639/000130901418000011/htm_11841.htm.

[96] A Colômbia tomou medidas para fechar sua Amazônia à exploração de petróleo, gás e mineração; parlamentares de diversos países apresentaram projetos de lei para estender a proibição a toda a região; e as principais conclusões dos copresidentes de Santa Marta reconhecem as ZLCF como uma opção política justa para a transição de gênero.
TeleSUR, "Petro Declares 42% of Colombia as Protected Amazon Reserve", acessado em 28 de setembro de 2026, https://www.telesurenglish.net/petro-declares-42-of-colombia-as-protected-amazon-reserve/
Mongabay, "MPs across Latin America unite to stop fossil fuels in the Amazon", acessado em 28 de setembro de 2026, https://news.mongabay.com/2025/10/mps-across-latin-america-unite-to-stop-fossil-fuels-in-the-amazon/2026 Final Report: 1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, acessada em 28 de setembro de 2026, https://transitionawayconference.com/reports#outcomes

[97] Vide “Perfurando em direção a problemas: Um resumo sobre os riscos do financiamento da Petrobras na Amazônia”. ANEXO: Dados e Metodologia para detalhes sobre as premissas, fontes, dados e métodos, https://stnd.ly/petrobras-methodology

[98] O valor comercial combinado das ações da Petrobras detidas pelo BNDES e pelo BNDESPar é de aproximadamente R$ 40,18 bilhões (cerca de US$ 8 bilhões): calculado em 828.367.003 ações a um preço atual da ação (PETR4) de aproximadamente R$ 48,50.
Petrobras, “Estrutura Acionária”, agosto de 2026, https://www.investidorpetrobras.com.br/en/overview/shareholding-structure/
YahooFinance, “Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (PETR4.SA)” acessado em 18 de setembro de 2026, https://uk.finance.yahoo.com/quote/PETR4.SA/

[99] WWF-Brasil e IISD, “Brazil at a Crossroads: Rethinking Petrobras’ oil and gas expansion”, 2025, Páginas 23-24, https://www.iisd.org/system/files/2025-06/brazil-petrobras-oil-gas-expansion.pdf#page=32/.

[100] WWF-Brasil e IISD, “Brazil at a Crossroads: Rethinking Petrobras’ oil and gas expansion”, 2025, Página 6, https://www.iisd.org/system/files/2025-06/brazil-petrobras-oil-gas-expansion.pdf#page=15/.

[101] Nacionalidad Waorani del Ecuador (NAWE). 2025. “Carta Pública a los Presidentes de los Estados Miembros de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA)”, acessado em 28 de setembro de 2026 https://nawe.org.ec/wp-content/uploads/2025/08/DEMANDAS-DESDE-LA-NAWE-HACIA-LA-OTCA.pdf

Sobre a Stand.earth

A Stand.earth é uma organização global de defesa de direitos que promove mudanças em larga escala para o nosso planeta e seus habitantes, interrompendo os sistemas que criam crises ambientais e climáticas. Sua missão é desafiar empresas e governos a tratarem as pessoas e o meio ambiente com respeito. A comunidade global da Stand, com mais de 1 milhão de membros, defende um futuro seguro para o clima e equitativo, em que as políticas de justiça climática e ambiental respeitem a dignidade das pessoas em todos os lugares — na escala que o nosso mundo exige. https://stand.earth

Sobre o ClimaInfo

O Instituto ClimaInfo é uma organização sem fins lucrativos que ajuda a informar e fortalecer o debate público sobre a crise climática, fornecendo informações confiáveis, claras e baseadas em evidências.

Seu principal objetivo é contribuir para políticas e ações eficazes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, combatendo a desinformação e incentivando o engajamento público. Operando de forma independente, o Instituto tem uma missão informativa, jornalística e educacional, sem qualquer vínculo com um partido político. Divulga conteúdo acessível e baseado na ciência para promover uma maior compreensão do aquecimento global e seus impactos.

Sobre o WWF-Brasil

O WWF-Brasil é uma ong brasileira que trabalha há 30 anos com parceiros da sociedade civil, academia, governos e empresas em todo o país para combater a degradação socioambiental e defender a vida das pessoas e a natureza. Estamos conectados por meio de uma rede interdependente que busca soluções urgentes para a emergência climática. Saber mais: wwf.org.br

Sobre o Observatório do Clima

O Observatório do Clima é a principal rede de organizações da sociedade civil brasileira que atuam na agenda climática. Fundada em 2002, atualmente reúne 172 membros, incluindo organizações socioambientais, institutos de pesquisa e movimentos sociais. Atua na área de pesquisa técnica e produção de conhecimento, bem como em estratégias de defesa, comunicação, engajamento e mobilização em âmbito nacional e internacional. Também influencia políticas públicas, amplia o alcance do debate climático e trabalha para preservar e fortalecer a governança socioambiental no Brasil. Seu objetivo é ajudar a construir um Brasil descarbonizado, equitativo, próspero e sustentável. https://www.oc.eco.br

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: Este documento foi elaborado utilizando as melhores práticas e a *due diligence* com base nas informações disponíveis na data de publicação. Todas as informações estão sujeitas a alterações. Todos os dados são obtidos de fornecedores privados, fontes públicas e/ou entidades governamentais, incluindo, entre outros, demonstrações financeiras corporativas, relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e documentos de políticas. Se você representa uma empresa que aparece neste material e acredita que ela não foi representada com precisão, envie informações complementares para SRG@Stand.earth.

Organizações contribuintes:

climainfo STAND.earth OC WWF